

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE ELETRÔNICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E  
COMUNICAÇÃO

CELSO BERNARDINO RODRIGUES

**MODELAGEM DE PROCESSO DE ANÁLISE DE VALOR  
ADICIONADO FISCAL PARA PEQUENOS MUNICÍPIOS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA

2014

CELSO BERNARDINO RODRIGUES

**MODELAGEM DE PROCESSO DE ANÁLISE DE VALOR  
ADICIONADO FISCAL PARA PEQUENOS MUNICÍPIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado ao Curso Especialização em Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista  
Orientador: Prof. Dr. Roberto Cândido

Curitiba (PR)  
2014

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

CELSO BERNARDINO RODRIGUES

### **MODELAGEM DE PROCESSO DE ANÁLISE DE VALOR ADICIONADO FISCAL PARA PEQUENOS MUNICÍPIOS**

Este trabalho de conclusão de curso foi apresentado no dia 23 Maio de 2014, como requisito parcial para obtenção do título de ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, outorgado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O aluno foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho. APROVADO.

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues  
UTFPR

Prof. Dr. Roberto Cândido  
Orientador - UTFPR

Prof. Msc. Alexandre Jorge Miziara  
Coordenador do curso

“A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso”

Dedico esta Monografia aos Professores do curso de Pós - Graduação em Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação da UTFPR, pelo conhecimento transmitido. Dedico de igual forma, as minhas filhas pela compreensão nos momentos de ausência, a minha esposa, por compreender e me apoiar na realização desta formação. Dedico a minha mãe, a meus irmãos e, em especial, ao meu pai (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a minha família que, me proporcionaram o apoio e a base necessária para ascendê-la a essa importante conquista de conhecimento. Estendo meus agradecimentos a Receita Estadual do Paraná pelo patrocínio e disponibilidade de recursos para participação desta Pós Graduação.

Agradeço aos professores do curso pelo conhecimento repassado em sala de aula.

Agradeço aos meus colegas pelas conversas e trocas de informações. Agradeço ao professor orientador pelo esmero na orientação desta monografia, o que proporcionou a concretização deste trabalho.

“Saiba que seu destino é traçado pelos seus próprios pensamentos, e não por alguma força que venha de fora. O seu pensamento é a planta concebida por um arquiteto para construir um edifício denominado prosperidade. Você deve tornar o seu pensamento mais elevado, mais belo e mais próspero”.

*Martin Luther King*

## RESUMO

BERNARDINO, Celso Rodrigues. **Modelagem de processo de análise de valor adicionado fiscal para pequenos municípios** 2014; 75 pág.; Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação) Departamento Acadêmico de Eletrônica Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

Os gestores públicos precisam conhecer profundamente como é composto o Valor Adicionado Fiscal de seu município, bem como, como alavancá-lo e ter uma fatia maior dos repasses constitucionais, tais como a cota-parte do ICMS. Esta monografia teve como objetivo central a criação de um modelo de processo para analisar dados que impactam diretamente no valor adicionado gerado em pequenos municípios do Paraná. Os procedimentos metodológicos para a obtenção de resultados embasaram-se em uma pesquisa aplicada e na forma de abordagem do problema. Esta pesquisa caracterizou-se como quantitativa. Quanto aos objetivos, este estudo buscou a forma de pesquisa exploratória e descritiva, com procedimentos técnicos bibliográficos, documental, estudo de caso e *ex-post-facto*. Os procedimentos para análise dos dados se processaram a partir de uma análise temática. Destacou-se através de tabelas e gráficos onde está concentrada a geração de valor agregado do município. Verificou-se que o valor adicionado do município estudado concentra-se na indústria e no comércio. Demonstrou-se quais são os principais ramos de atividades existentes no município e sua contribuição para a formação do valor agregado. Comprovou-se que a contribuição da agricultura, produção primária, está em terceiro lugar na formação do índice, demonstrando a evolução do município para os setores secundários e terciários. Como conclusão este trabalho sugere aos gestores municipais ou aos órgãos estaduais a criação de um software que sistematize os dados das DFCs e DEFIS e forneça aos gestores uma visão detalhada, com tabelas e gráficos, de como é formado o valor adicionado de seu município.

**Palavras-chave:** Valor Adicionado Fiscal; Receitas Municipais; Gestores Municipais; Pesquisa Quantitativa.

## ABSTRACT

RODRIGUES, Celso Bernardino. **Modeling and analysis of economic value added process for small municipalities**; 76 pág.; Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação) Departamento Acadêmico de Eletrônica Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

Public managers need to know how deep is composed Economic Value Added for your county, as well as leverage it and get a bigger slice of constitutional transfers, such as quota-share of the ICMS. This monograph has as its central objective the creation of a process model to analyze data that impact directly on the value added generated in small municipalities of Paraná. The methodological procedures for obtaining results were based on the applied research and the way to approach the problem. This research was characterized as quantitative. As to the objectives, this study sought to form an exploratory and descriptive research with bibliographic technical procedures, documentation, case study and ex-post-facto. The procedures for data analysis were processed from a thematic analysis. He excelled in tables and graphs where are concentrated the generation of value added of the municipality. It was found that the value added from the municipality focuses on industry and commerce. It has been shown what are the main branches of existing activities in the municipality and its contribution to the formation of value added. It was shown that the contribution of agriculture, primary production, is in third place in the formation of the index, showing the evolution of the municipality for the secondary and tertiary sectors. In conclusion this study suggests the municipal managers or to state agencies to create a software that systematizes data of DFCs and DEFIS and provide managers a detailed view, with charts and graphs, as it is formed of the value added in their municipality.

**Keywords:** Economic Value Added; Municipal revenues; Municipal Managers; Quantitative Research.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS no Estado do Paraná.....	48
Tabela 02: Índice de Participação do Município de Pato Branco no FPM Estadual.....	51
Tabela 03: Composição do Valor Adicionado do Município de Pato Branco - Ano: 2012-Geral.....	52
Tabela 04: Número de Estabelecimentos Empresariais Localizados em Pato Branco por Grupo de Atividade Econômica e Regime de Tributação no ano de 2012.....	53
Tabela 05: Participação dos Grupos de Atividades Econômicas na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012 em Valores.....	56
Tabela 06: Participação dos Ramos de Atividades Econômicas da Indústria de Transformação na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012.....	59
Tabela 07: Participação dos Ramos de Atividades Econômicas do Comércio na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012.....	61
Tabela 08: Índice de Participação do Município de Pato Branco na Arrecadação do Estado.....	64

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação do Porte da Empresa.....	22
Quadro 2: Distribuição das subclasses da CNAE e respectivas classes da CNAE.....	28
Quadro 3: Seções e divisões da CNAE.....	28
Quadro 4: Estrutura dos cinco níveis hierárquicos da CNAE.....	29
Quadro 5: Desdobramento da CNAE- exemplo.....	30
Quadro 6: Planejamento Tradicional X Planejamento Estratégico .....	37
Quadro 07: Integração dos instrumentos de planejamento municipal.....	40

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS no Estado do Paraná.....	49
Gráfico 02: Número de Estabelecimentos Empresariais Localizados em Pato Branco por Grupo de Atividade Econômica e Regime de Tributação no ano de 2012.....	54
Gráfico 03: Participação dos Grupos de Atividades Econômicas na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012 em Percentual – Empresas Locais.....	57
Gráfico 04: Participação dos Grupos de Atividades Econômicas na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012 em Percentual – Total.....	57
Gráfico 05: Participação dos Ramos de Atividades Econômicas da Indústria de Transformação na Composição do Valor Adicionado do Município no ano 2012.....	60
Gráfico 06: Participação dos Ramos de Atividades Econômicas do Comércio na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012.....	62
Gráfico 07: Desempenho do IPM de Pato Branco na Arrecadação do Estado nos anos de 2006 a 2014.....	65
Gráfico 08: Número de municípios que possuem mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos, segundo os tipos de mecanismos utilizados – Brasil 2006/2012.....	68

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Formação do código da subclasse CNAE- exemplo.....	29
Figura 2: Importância do planejamento estratégico no município.....	36

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 PROBLEMÁTICA.....	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	16
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	19
2.1 Objetivo Geral.....	19
2.2 Objetivos específicos.....	19
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	20
3.1 CONCEITUAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL.....	20
3.2 CLASSIFICAÇÃO DE PEQUENA, MÉDIA E GRANDE EMPRESA.....	21
3.2.1 Caracterização de Comércio Varejista e Atacadista.....	23
3.2.2 Caracterização das Indústrias.....	25
3.3 CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS-FISCAL, CNAE-FISCAL.....	27
3.4 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ICMS.....	31
3.5 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM .....	32
3.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO MUNICIPAL.....	35
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	42
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	42
4.2 UNIVERSO DA PESQUISA/ FONTES DE INFORMAÇÃO.....	44
4.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	45
<b>5 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	47
5.1. SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS.....	47
5.2 CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DOS ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS NO ESTADO DO PARANÁ.....	48
5.3 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO NO FPM ESTADUAL.....	50
5.4 COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO NO ANO DE 2012.....	51
5.5 NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS EMPRESARIAS LOCALIZADOS EM PATO BRANCO – PR.....	52

5.6 PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	54
5.7 PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	58
5.8 PARTICIPAÇÃO DOS RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DO COMÉRCIO NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	61
5.9 EVOLUÇÃO DO IPM DE PATO BRANCO.....	64
5.10 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO VALOR ADICIONADO FISCAL PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	65
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>71</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 PROBLEMÁTICA

A construção do conhecimento é contínua e ininterrupta. Vive-se em ambientes de concorrência cada vez maiores, onde o resultado financeiro positivo é um dos principais objetivos das organizações, mas a cada vez mais se percebe que o sucesso desta depende principalmente das corretas decisões tomadas pelos seus gestores, sejam elas privadas ou públicas.

A competitividade traz a necessidade imperativa de aprendizado contínuo, para que os processos administrativos sejam cada vez mais direcionados à eficácia e, para que a administração se previna de erros, como expõe FALCONI (1992, p.207 - 208):

A vasta maioria das decisões gerenciais é baseada no bom senso, experiência, *feeling*, etc... O Brasil é uma ampla vitrine de decisões erradas [...] os empresários brasileiros precisam aprender urgentemente o valor da análise. A análise é parte do método de solução de problemas [...] É necessário que nós compreendamos que nenhuma decisão gerencial deveria ser autorizada, sem que fosse competentemente suportada por uma análise de processo baseada em fatos e dados.

Segundo FALCONI (1992) as administrações possuem problemas que as privam de obter melhor operosidade e qualidade, além de prejudicar sua posição competitiva, posto que seus administradores tenham a tendência de achar que sabem a solução destes problemas, somente baseados na experiência ou naquilo que julgam ser o conhecimento certo.

No hodierno, frente às constantes mudanças sociais, econômicas, políticas e legais, os gestores administrativos públicos municipais não podem mais desperdiçar seus recursos, cometer erros, que invoquem a má administração; faz-se necessário, cada vez mais, a aplicação correta dos recursos e processos públicos para atender as demandas da comunidade que, não aceita ser iludida e/ou manipulada. Como expõe REZENDE e ULTRAMARI (2007, p. 257): “a administração pública municipal demanda competência e efetividade dos seus

gestores que devem se atualizar e agir por meio de instrumentos técnicos, modernos e práticos de planejamento e de gestão”.

A escolha do município de Pato Branco, para esta pesquisa, se justifica por ser este um município com características importantes e representativas no cenário brasileiro. Localizado no sudoeste do Paraná, distante 433,53 km da capital Curitiba, com densidade demográfica de 135,70 habitantes por km<sup>2</sup> e, índice de desenvolvimento humano de 0,849. Este índice coloca o município na posição de 36<sup>a</sup> do Brasil e, em 3<sup>o</sup> do Paraná. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita e, a preços correntes é de R\$ 22,3 mil (IBGE/IPARDES 2011).

A economia de Pato Branco é destaque dentro do estado do Paraná no desenvolvimento industrial, comercial e agropecuário, deste modo, este trabalho tem como finalidade contribuir com informações acerca do Valor Adicionado Fiscal (VAF), gerado pelos diversos ramos de atividades do município. Este estudo amparará os Gestores Municipais na aplicação dos recursos públicos, na utilização de incentivos fiscais e em futuros investimentos empresariais no comércio ou na indústria.

Não obstante, existirem pesquisas e bibliografias genéricas sobre o Valor Adicionado Fiscal, porém específicos à realidade de pequenos municípios, elas são raras, o que abre nova perspectiva de estudo a municípios dessa natureza. Assim, esta pesquisa procurará responder a uma questão socialmente importante: Como determinar as características do VAF, gerado pelas indústrias e comércio em pequeno município, usando o estudo de caso em Pato Branco - PR no ano de 2012.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A escolha pelo tema é resultado de leituras e interrogações sobre o Valor Adicionado Fiscal e, sua contribuição para a Administração Pública, no intuito de atender o conceito de gestão, exposto por GIOVANELA e JUNCKES (2012, p. 03):



A gestão é um processo que transforma cenários, agrega valor, cria necessidades e multiplica ações que fomentam o crescimento, seja econômico, de bens e produtos/serviços, empresariais ou até mesmo pessoais. O conceito de gestão está vinculado a outros fatores como: inovação, diferencial e cooperação, pois num ambiente com tantas incertezas, devem predominar ações eficazes que consigam alcançar objetivos propostos.

Este conceito implica a função principal de gestor em atingir as melhores metas, mas como afirma FALCONI (1992), uma organização só sobreviverá no atual cenário global, se ela estiver entre as melhores de seu contexto; para tanto sua gestão também deve estar entre as melhores, na sua especialidade. Assim, obter resultados com eficiência e eficácia é uma responsabilidade da função de Gestor.

A proficiência pode ser considerada a forma pela qual uma organização utiliza seus recursos de forma profícua, enquanto a eficácia indica o como às operações realizadas atingiram seus objetivos. Para DRUKER (2002), encontraremos que eficiência é fazer certas as coisas; é o meio para atingir o resultado e a eficácia são as coisas corretas que se mostram pelo resultado apresentado.

Para ALENCAR (2004, p. 5) as transformações ocasionadas às regiões concessionárias dos incentivos pelas empresas instaladas são, de fato, percebidas imediatamente, pois segundo o autor acontece “uma melhoria na autoestima da população decorrente da elevada expectativa de oportunidade de trabalho, haja vista a escassez de emprego e tendo no poder público local, em muitos casos, a única fonte de renda”.

ALENCAR (2004, p. 4) relata que o “incentivo fiscal para empreendimentos novos é a melhor forma de promover o desenvolvimento econômico das regiões pobres do país, e assim reduzir as desigualdades econômicas regionais”. A instalação de indústrias, atraídas pela isenção fiscal, promove o desenvolvimento de uma determinada região por via indireta, com o aumento de renda dos trabalhadores e seu poder de compra, através da oferta de novos empregos.

ALENCAR (2004, p. 4) expõe que: “os aspectos de autoconcorrência dos incentivos fiscais, que resultam de raciocínios lógicos e simples relativos à curva da oferta de produtos tributados versus produtos incentivados, são plenamente

reconhecidos pelo direito internacional através da Organização Mundial do Comércio (OMC)”.

Este estudo, portanto, visou dispor à sociedade do município de Pato Branco, as atividades econômicas que motivam maior Valor Adicionado Fiscal; índice formado pelas informações dos contribuintes, referente aos seus movimentos econômicos, que poderão auxiliar o plano diretor municipal, nos repasses constitucionais sobre os valores das receitas de impostos recolhidos pelos Estados e pela União através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). De igual forma, possibilita às comunidades acadêmicas e profissionais da área de Gestão Pública, melhor compreensão da composição do índice de participação dos municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), gerado por diferentes ramos de atividades, tendo como base o ano de 2012.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Criar um modelo de processo para analisar dados que impactam diretamente no Valor Adicionado Fiscal gerado em Pequenos Municípios do Paraná.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o arcabouço teórico sobre Valor Adicionado Fiscal através de pesquisa bibliográfica;
- Descrever a Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Fiscal, CNAE-Fiscal;
- Descrever as características dos tributos e receitas que compõem o orçamento de um município;
- Classificar as atividades econômicas relevantes em um município que seja representativo para um Estudo de Caso;
- Coletar dados relativos ao valor agregado de determinado município;
- Sistematizar os dados;
- Analisar dados relativos ao valor agregado fiscal utilizando como estudo de caso o município de referência.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 CONCEITUAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL

De acordo com MONTORO FILHO (1992, p.72) o “Valor Adicionado (VA) é definido como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa”, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Para PEREIRA (2012, p. 03) a conceituação de valor adicionado é uma alternativa e operacional para medir o produto e a renda nacional diretamente pela soma de produtos finais. “Por exemplo, a gasolina vendida nos postos pode ser utilizada tanto como bem final para o consumidor, como bem intermediário para uma empresa”.

O valor adicionado para WARKEN (2003, p.33) em determinada etapa de produção, é à diferença entre o valor bruto da produção e os consumos intermediários nessa etapa. “Assim, o produto nacional pode ser concebido como a soma dos valores adicionados, em determinado período de tempo, em todas as etapas dos processos de produção do país”.

De acordo com informações do *site* da Prefeitura de Belo Horizonte (2013) o Valor Adicionado Fiscal (VAF) é o índice formado pelos dados dos contribuintes, referente aos seus movimentos econômicos, que servirão de base para os repasses constitucionais sobre os valores das receitas de impostos recolhidos pelos Estados e pela União.

As informações disponibilizadas no *site* expõe que o VAF possui embasamento legal nos Artigos 158 e 159 da Constituição Federal que determina que 25% das receitas originadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devem ser entregues aos municípios. Inclui também os percentis dos produtos da arrecadação sobre produtos industrializados (IPI), 10% são repassados aos Estados e estes têm responsabilidade e obrigação de entregar um quarto do que receberam para os Municípios, usando o mesmo índice que foi apurado de VAF. O mesmo índice é usado para o repasse da parcela da Desoneração das Exportações.

De acordo com o *site* o VAF é apurado com base nas Declarações sujeitas à entrega anual e obrigatória para todos os contribuintes do ICMS, a saber:

**Declaração Anual do Movimento Econômico e Fiscal (DAMEF)**, entregue pelos contribuintes enquadrados nos regimes débito/crédito ou isento/imune à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

**Declaração Anual do Simples Nacional (DASN)**, para os contribuintes enquadrados em no regime simples nacional e;

**Declaração anual para o microempreendedor individual (DASN SIMEI)**, para os contribuintes cadastrados como Microempreendedor Individual, entregues à Secretaria da Receita Federal. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p.01, grifo do autor).

Quando algum seguimento não entrega sua declarações à Receita Estadual ou Federal, resulta a aplicação de multas, o que acarretará perda financeira para o Município, visto que diminuirá o índice de participação (VAF) no repasse das receitas. “Quanto mais alto for o índice de um município, maior será o valor a receber e, a disponibilidade de recursos para investimentos públicos, que melhoram as condições de vida dos moradores da cidade”. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p.01). A receita é aplicada nos setores sociais, educacionais e de infraestrutura, revertendo esses benefícios a todos os cidadãos.

### 3.2 CLASSIFICAÇÃO DE PEQUENA, MÉDIA E GRANDE EMPRESA

De acordo com a Lei nº 9.841/99, de 05 de outubro de 1999, conhecida por "Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", e a regulamentação pelo Decreto nº 3.474/2000 (19.05.2000), “ocorreu um significativo marco na história das micro e pequenas empresas brasileiras, objetivando a melhora do seu funcionamento e garantindo o fortalecimento de sua participação no desenvolvimento econômico e social” (MINGHETTI, 2008, p. 22).

Segundo a Lei nº 9.841/99, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte são dispensadas do cumprimento de algumas normas trabalhistas:

- Afixação de quadro de horário de trabalho dos empregados, exceto do menor;
- Anotações das férias dos empregados em livros ou ficha de registro no momento da concessão; no entanto, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, a anotação deve ser feita;

- Manutenção do livro de inspeção do trabalho;
- Empregar e matricular menores de 18 anos (aprendizes) nos cursos especializados mantidos pelo SENAI e;
- De comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas (PORTAL TRIBUTÁRIO EDITORA, 2013, p.01).

A classificação de micro, média e grande empresa, segundo Heméritas (1995) se da seguinte forma:

- **Micro empresa:** é aquela em que o dono centraliza quase todas as atividades, exercendo várias funções ao mesmo tempo;
- **Média empresa:** é aquela que, quando começa a evoluir, o dono, não tendo condições de exercer todas as atividades, transfere algumas funções para pessoas de sua confiança, que passam a ter responsabilidades maiores na condução da empresa, a descentralização começa a aparecer;
- **Macro empresa:** é a grande empresa, com serviços, departamentos e seções específicas para cada atividade.

Para que uma empresa obtenha registro de microempresa ou média empresa e, para gozar dos benefícios instituídos pelo Estatuto, elas devem respeitar certas normas de acordo com a sua classificação; outra maneira de ilustrar a diferenciação do porte das empresas se encontra disponível através de informações do BNDES (2014), conforme apresentados no Quadro 1\*:

<b>Tipo</b>	<b>Classificação do Porte</b>
<b>Microempresa</b>	Receita Operacional Bruta anual de até 2,4 milhões.
<b>Pequena Empresa</b>	Receita Operacional Bruta anual superior a 2,4 milhões e igual ou inferior a 16 milhões.
<b>Média Empresa</b>	Receita Operacional Bruta anual superior a 16 milhões e inferior ou igual a 90 milhões.
<b>Médias-Grandes Empresas</b>	Receita Operacional Bruta anual superior a 90 milhões e inferior ou igual a 300 milhões.
<b>Grande Empresa</b>	Receita Operacional Bruta anual superior a 300 milhões.

Quadro 1: Classificação do Porte da Empresa

Fonte: BNDES (2014).

\* Quadro adaptado para este estudo.

O quadro 1 demonstra a classificação do porte das empresas, assim como o valor da arrecadação anual. O comércio é uma atividade representativa na

economia de qualquer município, portanto merece ser estudado conforme seu mercado, Varejista ou Atacadista.

### 3.2.1 Caracterização de Comércio Varejista e Atacadista.

Para MOTA e PESSOA (2010, p.16) o comércio atacadista e o comércio varejista possui uma diferença que reside na “natureza das operações realizadas pela pessoa e/ou estabelecimento, inclusive considerando a destinação dada ao produto, pouco importando a quantidade vendida e/ou adquirida, ou para quem está sendo vendida”.

Para os referidos autores, a natureza das operações fiscais são códigos utilizados no Brasil para classificar legalmente os itens da Nota Fiscal, em relação ao tipo de operação que está sendo realizada, tais como: a origem, o destino e uso das mercadorias, chamado de Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP), das Entradas de Mercadorias e Bens e da Aquisição de Serviços.

SANTIAGO (2011, p. 01) expõe que o comércio atacadista é “aquele destinado à comercialização de grandes quantidades de determinado produto, ou de produtos de emprego similar, sendo o intermediário entre fabricantes e varejistas, comprando e vendendo de diversos fornecedores, inclusive empresas concorrentes”.

Para SANTIAGO (2011, p. 01) a Divisão Estatística das Nações Unidas define a atividade atacadista como:

[...] revenda (venda sem qualquer modificação) de bens novos e usados para comerciantes, destinado a usuários nos setores industrial, comercial, institucional ou profissional ou a outros atacadistas ou agindo ainda como um agente ou corretor na compra ou venda de mercadorias para determinadas pessoas ou empresas.

SANTIAGO (2011a) relata que os comerciantes frequentemente embalam, separam, e classificam fisicamente as mercadorias em lotes, loteando, embalando e distribuindo em lotes menores. Os atacadistas oferecem preços mais baratos

por se tratarem de um elo da cadeia do comércio, fornecendo produtos para os comerciantes.

O comércio varejista, segundo SANTIAGO (2011b, p. 02) é a venda realizada ao consumidor final, “são expressões equivalentes para se referir a setores do comércio que tem por objetivo vender diretamente para os consumidores finais”. Para o Brasil o comércio varejista é de fundamental importância, por ser uma importante fonte mantedora de empregos. SANTIAGO (2011b, p. 02) afirma que:

A grande maioria das firmas dedicadas ao comércio varejistas corresponde ao chamado setor terciário da economia de um país. No Brasil, temos como principais setores varejistas os supermercados e hipermercados, farmácias, concessionárias de veículos, lojas de vestuários, lojas de materiais de construção, lojas de móveis e decoração, postos de gasolina, lojas de eletroeletrônicos e livrarias.

Na visão de DONATO (2012, p. 01) o comércio varejista é qualquer instituição cuja atividade principal consiste no varejo, assim o varejo consiste em todas as atividades que englobam o processo de venda de produtos e serviços para atender a uma necessidade pessoal do consumidor final. “O varejo está localizado estrategicamente entre os fornecedores e os consumidores, o que lhe confere um papel de fundamental importância como intermediador na cadeia de suprimentos”. Segundo DONATO (2012, p. 01) comércio varejista é responsável por:

- Todas as atividades que englobam o processo de venda de produtos e serviços para atender a uma necessidade pessoal do consumidor final;
- Facilitar o acesso dos consumidores aos produtos e serviços que desejam adquirir, fornecendo condições de armazenagem e entrega dos produtos;
- Dividir os lotes, permitindo que os fabricantes vendessem grandes quantidades e que os consumidores tenham acesso aos produtos em lotes menores, o que atende melhor às necessidades de ambas as partes;
- Garantir o fornecimento de uma variedade de serviços e produtos, inclusive de marcas concorrentes, para facilitar a comparação e a escolha por parte dos consumidores;
- Esclarecer as dúvidas dos consumidores com relação a um determinado produto ou serviço.

De modo geral, o comércio varejista é o tipo de empresa ou negócio que tem como uma das principais características estar relacionado diretamente no dia



a dia dos consumidores, das comunidades, das regiões, enfim, da sociedade brasileira. “Em todas as localidades do país existe algum estabelecimento de comércio que vende bens e serviços ao consumidor final e que, normalmente, tem uma ligação íntima com uma região e com a própria cultura local” (DONATO, 2012, p. 01).

### 3.2.2 Caracterização das Indústrias

Para FRANCISCO (2013) atividade industrial é o processo de produção, que tem como foco transformar matérias-primas em mercadoria através do trabalho humano e, muitas vezes fazendo uso de máquinas. As indústrias são classificadas de acordo com seu ramo de produção, em três grandes conjuntos: indústrias de bens de produção, indústrias de bens intermediários e indústrias de bens de consumo. “As indústrias de bens de produção, também chamadas de indústrias de base ou pesadas, são responsáveis pela transformação de matérias-primas brutas em matérias-primas processadas, sendo a base para outros ramos industriais”. (FRANCISCO, 2013, p. 01).

Para o referido autor, as indústrias de bens de produção são divididas em duas vertentes: as extrativas e as de bens de capital.

**Indústrias extrativas** – são as que extraem matéria-prima da natureza (vegetal, animal ou mineral) sem que ocorra alteração significativa nas suas propriedades elementares. Exemplos: indústria madeireira, produção mineral, extração de petróleo e carvão mineral.

**Indústrias de equipamentos** – são responsáveis pela transformação de bens naturais ou semimanufaturados para a estruturação das indústrias de bens intermediários e de bens de consumo. Exemplos: siderurgia, petroquímica, etc. (g.m) (FRANCISCO, 2013, p. 01).

FRANCISCO (2013) assevera que as indústrias de bens intermediários caracterizam-se pelo fornecimento de produtos beneficiados. Estas indústrias produzem máquinas e equipamentos que, posteriormente serão utilizados nos diversos segmentos das indústrias de bens de consumo. Exemplos: mecânica

(máquinas industriais, tratores, motores automotivos, etc.); autopeças (rodas, pneus, etc.). As indústrias de bens de consumo têm sua produção direcionada ao mercado consumidor, portanto, para a população em geral. De igual forma, acontece a divisão desse tipo de indústria conforme sua atuação no mercado, aonde elas são ramificadas em indústrias de bens duráveis e de bens não duráveis.

**Indústrias de bens duráveis** – são as que fabricam mercadorias não perecíveis. São exemplos desse tipo de indústria: automobilística, móveis comerciais, material elétrico, eletroeletrônicos, etc.

**Indústrias de bens não duráveis** – produzem mercadorias de primeira necessidade e de consumo generalizado, ou seja, produtos perecíveis. Exemplos: indústria alimentícia, têxtil, de vestuário, remédios, cosméticos, etc. (g.m) (FRANCISCO, 2013, p.01).

Inclui-se ainda nas classificações das indústrias as Indústrias de Ponta, como exemplifica PIQUET (2012, p. 01):

**Indústrias de Ponta:** São aquelas que desenvolvem e produzem bens que utilizam alta tecnologia em suas fases de produção. Empregam mão de obra especializada e com alto grau de escolaridade. Investem muito em pesquisa nas fases de desenvolvimento e produção, pois privilegiam a inovação tecnológica. Grande parte destas indústrias tem sua matriz em países desenvolvidos. Exemplos: indústrias de aviões, de satélites de comunicação, de computadores, equipamentos de diagnóstico médico, de telefones celulares, *tabletes* e *smartphones* (g.m).

Em Pato Branco, segundo RUEDELL (2006), o processo de industrialização ocorreu a partir de diversos ciclos econômicos, tais como: erva-mate, suínos e madeira. Neste estudo, no ano de 2006, a autora cita que o setor industrial encontrava-se tímido, mas em desenvolvimento, com destaque para os seguintes segmentos: metalúrgico (envolvendo a complexa produção de fogões), moveleiro, de confecções, de construção civil, tecnológico e agroindustrial (alimentos).

Hodiernamente, Pato Branco ocupa o 3º lugar no ranque de desenvolvimento humano do estado, sua área industrial encontra-se em total desenvolvimento, com destaque para o setor da agropecuária e metalurgia. Também, foi criado através de incentivos fiscais um centro tecnológico industrial para empresas dos setores de informática e eletroeletrônico. Ainda, a cidade destacasse como

um centro de serviços nas áreas de saúde e educação, contando, inclusive, com uma Universidade Federal (UTFPR).

### 3.3 CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS-FISCAL, CNAE-FISCAL

Segundo o seu Manual de Orientação, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2011, p. 05), possui como objetivo a uniformização do código de identificação econômica das unidades produtivas do País nos cadastros e registros da administração pública nas três esferas de governo - Federal, Estadual e Municipal, em especial na área tributária, “contribuindo para a melhoria da qualidade dos sistemas de informação que dão suporte às decisões e ações do Estado, inclusive pela possibilidade de maior articulação intersistemas”.

O Manual de Orientação da Codificação na subclasse da CNAE, que tem por finalidade orientar os órgãos usuários no que diz respeito à definição de procedimentos suficientemente homogêneos de forma a garantir a efetiva uniformidade do código de atividades econômicas em seus respectivos cadastros (MANUAL DE ORIENTAÇÃO DA CODIFICAÇÃO NA SUBCLASSE, 2011, p.7).

Segundo o Manual, a atribuição correta e atualizada do código de atividades é fundamental para a qualidade dos cadastros administrativos, nos quais a Administração Pública se apoia no processo de decisão e implementação de políticas públicas na área econômica. A distribuição das subclasses e respectivas classes da CNAE esta disponível no Quadro 2 e Quadro 3\* (seções e divisões);

Conjunto de Seções		Subclasse da CNAE	
		Nº Subclasses	Composição
A	Agropecuária e Pesca	122	9%
B a D e F	Indústria	509	39%
E	Meio Ambiente	14	1%
G	Comércio	222	17%
H a U	Serviços	434	34%
Total		1.301	100%

Quadro 2: Distribuição das subclasses da CNAE e respectivas classes da CNAE.

Fonte: Manual de Orientação da Codificação na Subclasse-CNAE (2011, p.6).

CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS	
CONCLA - COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO	
PESQUISA AO PROGRAMA CNAE 2.1 - POR TEMA (Seções e Divisões)	
A.	01 a 03 - <u>AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA</u>
B.	05 a 09 - <u>INDÚSTRIAS EXTRATIVAS</u>
C.	10 a 33 - <u>INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</u>
D.	35 a 35 - <u>ELETRICIDADE E GÁS</u>
E.	36 a 39 - <u>ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO</u>
F.	41 a 43 - <u>CONSTRUÇÃO</u>
G.	45 a 47 - <u>COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</u>
H.	49 a 53 - <u>TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO</u>
I.	55 a 56 - <u>ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO</u>
J.	58 a 63 - <u>INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</u>
K.	64 a 66 - <u>ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS</u>
L.	68 a 68 - <u>ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS</u>
M.	69 a 75 - <u>ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS</u>
N.	77 a 82 - <u>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES</u>
O.	84 a 84 - <u>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL</u>
P.	85 a 85 - <u>EDUCAÇÃO</u>
Q.	86 a 88 - <u>SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS</u>
R.	90 a 93 - <u>ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO</u>
S.	94 a 96 - <u>OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS</u>
T.	97 a 97 - <u>SERVIÇOS DOMÉSTICOS</u>
U.	99 a 99 - <u>ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS</u>

Quadro 3: Seções e divisões do CNAE.

Fonte: Filho (2013, p.02).

\* Quadro adaptado para este estudo.

Os Quadros 2 e 3 expõem os detalhamentos das classes e subclasses do CNAE. No que se referem às subclasses o Manual expõe que, mantém a mesma estrutura da CNAE, adicionando-lhe novo nível hierárquico a partir de detalhamento das classes da CNAE, específico para atender necessidades da

organização de cadastros de Pessoa Jurídica e física no âmbito da Administração Pública, de modo especial da área tributária.

Outra forma de observar as subclasses do CNAE está disponível no Quadro 4\*;

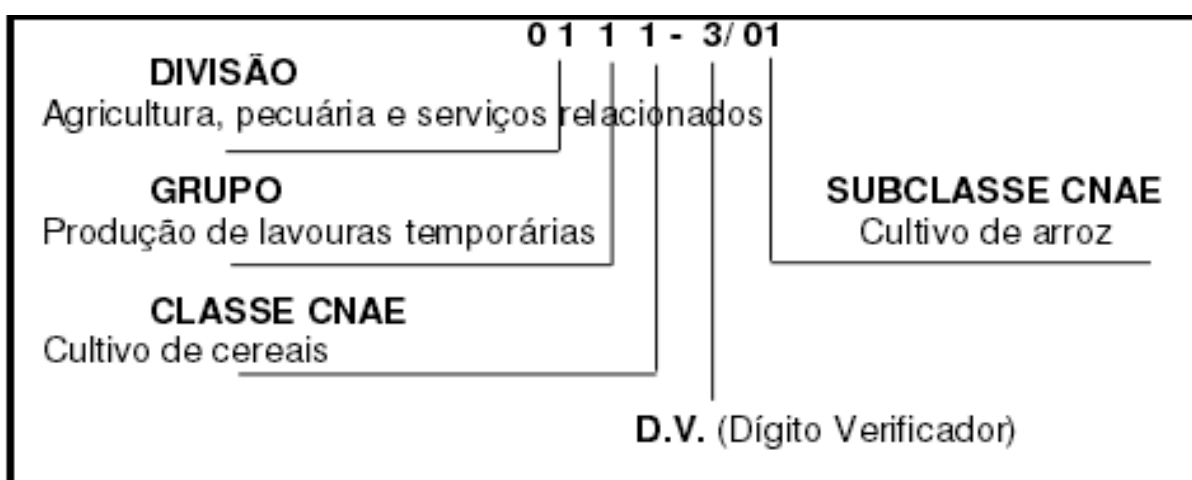
NOME	NÍVEL	Nº DE GRUPE- MENTOS				IDENTIFICAÇÃO
		Versão 1998	Versão 1.0	Versão 1.1	Versão 2.0	
Seção	Primeiro		17	17	21	Código alfabético de 1 dígito
Divisão	Segundo		59	59	87	Código numérico de 2 dígitos
Grupo	Terceiro		218	223	284	Código numérico de 3 dígitos (*)
Classe	Quarto		563	581	672	Código numérico de 4 dígitos (*) + DV
Subclasse CNAE	Quinto		1146	1183	1301	Código numérico de 7 dígitos (*)

**Quadro 4: Estrutura dos cinco níveis hierárquicos do CNAE.**

Fonte: Manual de Orientação da Codificação na Subclasse-CNAE (2011, p.8).

\* Quadro adaptado para este estudo.

O Quadro 4 disponibiliza as informações a cerca dos níveis hierárquicos que compõe o CNAE. Outra forma de observar como é organizado o CNAE é com o exemplo (Figura 1\*) de formação do código da subclasse CNAE, refletindo a estrutura hierárquica, disponibilizada pelo Manual;



**Figura 1: formação do código da subclasse CNAE- exemplo.**

Fonte: Manual de Orientação da Codificação na Subclasse- CNAE (2011, p.8).

\* Figura adaptada para este estudo.

A figura 1 apresenta um exemplo de como ocorre à formação do código da subclasse CNAE. O exemplo de desdobramento da CNAE em subclasses está disponível no Quadro 5\*;

<ul style="list-style-type: none"><li>• Classe 4772-5: Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</li> <li>• Subclasses CNAE: 4772-5/00: Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</li> <li>• Classe CNAE: 4771-7: Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário</li> <li>• Subclasses CNAE: 4771-7/01: Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas 4771-7/02: Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas 4771-7/03: Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos 4771-7/04: Comércio varejista de medicamentos veterinários</li></ul>
--

**Quadro 5: desdobramento da CNAE- exemplo.**

**Fonte: Manual de Orientação da Codificação na Subclasse- CNAE (2011, p.8).**

**\* Quadro adaptado para este estudo.**

Apresentou-se nesse item um detalhamento explicativo acerca do CNAE, que resulta do trabalho das três esferas de governo elaborada sob a coordenação da secretaria da Receita Federal e orientação técnica do IBGE, na subcomissão técnica da CNAE que atua em caráter permanente no âmbito da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA).

O ICMS é outro imposto que merece ser estudado e contextualizado neste trabalho.

### 3.4 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS

O ICMS é o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intemunicipal e de comunicação, de competência dos Estados e do Distrito Federal. Sua regulamentação constitucional está prevista na Lei Complementar 87/1996 (a chamada “Lei Kandir”), alterada posteriormente pelas Leis Complementares 92/97, 99/99 e 102/2000.

A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, é composta de 36 artigos. De acordo com o site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2013, p. 01), o ICMS é um imposto que cada um dos Estados e o Distrito Federal podem instituir como determina a Constituição Federal de 1988. “Para atuar em um ramo de atividade alcançado pelo imposto, a pessoa, física ou jurídica, deve se inscrever no Cadastro de Contribuintes do ICMS”.

A pessoa não inscrita quando importa mercadorias de outro país, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, também deve pagar imposto e, este imposto pode ser seletivo.

Na maior parte dos casos o ICMS, que é embutido no preço, corresponde ao percentual de 18%. Entretanto, para certos alimentos básicos, como arroz e feijão, o ICMS cobrado é de 7%. Já no caso de produtos considerados supérfluos, como, por exemplo, cigarros, cosméticos e perfumes, cobram-se o percentual de 25% (SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013, p. 01).

O ICMS é um imposto não cumulativo, compensando-se o valor devido em cada operação ou prestação com o montante cobrado anteriormente. “Em cada etapa da circulação de mercadorias e em toda prestação de serviço sujeita ao ICMS deve haver emissão da nota fiscal ou cupom fiscal”. Esses dados serão escriturados nos livros fiscais para que o imposto possa ser calculado pelo contribuinte e arrecadado pelo Estado (SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013, p. 01).

### 3.5 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM.

Pertencem aos Municípios 25% da arrecadação do ICMS efetuado pelo Estado (CF, art. 158, IV). Os critérios de distribuição desta cota-parte estão inicialmente previstos no parágrafo único do citado art. 158 da Constituição, onde são destinados três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações sujeitas ao imposto e até um quarto, de acordo com o que dispuser a lei estadual (SISTEMA ESTADUAL DE LEGISLAÇÃO- PR, 1990).

As definições do valor adicionado acima referido bem como os critérios de cálculos e prazos de repasses das parcelas estão contidas na Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990, a seguir transcrita (BRASIL, 1990).

A Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências. Dentre os seus Artigos pode-se citar:

Art. 3º 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação serão creditados, pelos Estados, aos respectivos Municípios, conforme os seguintes critérios:

§ 1º O valor adicionado corresponderá, para cada Município: (Redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 2006)

I – ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil; (Incluído pela Lei Complementar nº 123, de 2006)

II – nas hipóteses de tributação simplificada a que se refere o parágrafo único do art. 146 da Constituição Federal, e, em outras situações, em que se dispensem os controles de entrada, considerar-se-á como valor adicionado o percentual de 32% (trinta e dois por cento) da receita bruta. (Incluído pela Lei Complementar nº 123, de 2006). (BRASIL, 2010, p.01).

No Estado do Paraná, foram fixados os critérios para a distribuição da cota parte aos seus municípios através da Lei Estadual nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, a seguir transcrita:



**Súmula:** Estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Para efeito da fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, a partir do exercício financeiro de 1991, serão observados os seguintes critérios:

**I - setenta e cinco por cento (75%),** considerado o valor adicionado nas operações relativas ao ICMS realizadas em cada município e em relação ao valor adicionado do Estado, apuradas segundo o disposto na Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990; (Redação dada pela Lei Complementar 59 de 01/10/1991)

**II - oito por cento (8%)** considerada a produção agropecuária no território do município em relação à produção do Estado, segundo dados fornecidos à Secretaria de Estado da Fazenda pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, observado o seguinte:

**a)** o Estado apurará a relação percentual entre o valor da produção agropecuária em cada município e o valor total do Estado considerando a média dos índices apurados nos dois anos civis imediatamente anteriores ao da apuração;

**b)** para o exercício de 1991, serão considerados os valores declarados relativos à comercialização de produtos primários apropriados no cálculo do índice definitivo constante do Decreto nº 7.259, de 28 de agosto de 1990;

**III - seis por cento (6%),** considerado o número de habitantes da zona rural do município em relação à população rural do Estado, segundo dados fornecidos pelo último censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei 12417 de 30/12/1998);

**IV - dois por cento (2%),** considerado o número de propriedades rurais cadastradas no município em relação ao número das cadastradas no Estado, segundo dados atualizados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

**V - dois por cento (2%),** considerada a área territorial do município em relação à do Estado, em metros quadrados, conforme registros atualizados fornecidos pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF;

**VI - dois por cento (2%),** como fator de distribuição igualitária a todos os municípios.

**Art. 2º.** Regulamentado o art. 132 e seu parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná, aplicar-se-á aos municípios beneficiados por aquela norma, cinco por cento (5%). (Lei Complementar 59 de 01/10/1991: Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2º. da Lei nº. 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências.

(SISTEMA ESTADUAL DE LEGISLAÇÃO- PR, 1990, p.01).

O documento destinado à apuração do Valor Adicionado das empresas em regime normal de tributação é a Declaração Fisco Contábil (DFC), regulamentada pela norma abaixo descrita: Norma de Procedimento Fiscal Conjunta (NPF) CRE/CAEC N° 001/2013 (2013, p.01):

SÚMULA: Disciplina os procedimentos relativos à DFC - Declaração Fisco- Contábil, a Guia de Informação das Operações e Prestações Interestaduais - GI-ICMS, o RPP - Relatório de Produtos Primários e as impugnações pelos Municípios, relativamente às operações e prestações do ano-base 2012.

A DFC é um demonstrativo anual das operações e prestações de entradas e de saídas de mercadorias e serviços abrangidos pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS). Essas informações serão utilizadas pela Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC) para a apuração do Índice de Participação dos Municípios (IPM), na quota parte da arrecadação do ICMS, bem como para a obtenção de informações econômico-fiscais (NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL CONJUNTA CRE/CAEC N° 001/2013).

A partir do ano base de 2012, o exercício de 2013, as informações socioeconômicas e fiscais que antes eram prestadas na Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), passam a ser declaradas anualmente por meio da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS). Para a pessoa jurídica optante do Simples Nacional, o cálculo do valor adicionado (32% da receita bruta) de que trata o inciso II do § 1º do art. 3º da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990, instituído pela Lei Complementar n. 123/2006, será obtido por meio dos valores declarados na DEFIS (NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL CONJUNTA CRE/CAEC N° 001/2013).

### 3.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO MUNICIPAL.

A conceituação de Planejamento Estratégico (PE) nas organizações é diversificada, podendo encontrar uma série de interpretações em relação a esta ferramenta da administração. De acordo com ALDAY (2000, p. 10) PE, tornou-se o “foco de atenção da alta administração das empresas; volta-se para as medidas positivas que uma empresa poderá tomar para enfrentar ameaças e aproveitar as oportunidades encontradas em seu ambiente”.

Empresas de todos os tipos estão chegando à conclusão de que essa atenção sistemática à estratégia é uma atividade muito proveitosa. Empresas pequenas, médias e grandes, distribuidores e fabricantes, bancos e instituições sem finalidade de lucro, todos os tipos de organizações devem decidir os rumos que sejam mais adequados aos seus interesses (ALDAY, 2000, p. 10).

Para ALDAY (2000) as mudanças constantes no mundo dos negócios, ocorrem em todos os ambientes econômicos, sociais, tecnológicos e políticos, onde as empresas somente poderão crescer e desenvolver e progredir se conseguirem ajustar à conjuntura de um Planejamento Estratégico (PE) eficaz. Esta é uma técnica comprovada para que tais ajustes sejam feitos com inteligência.

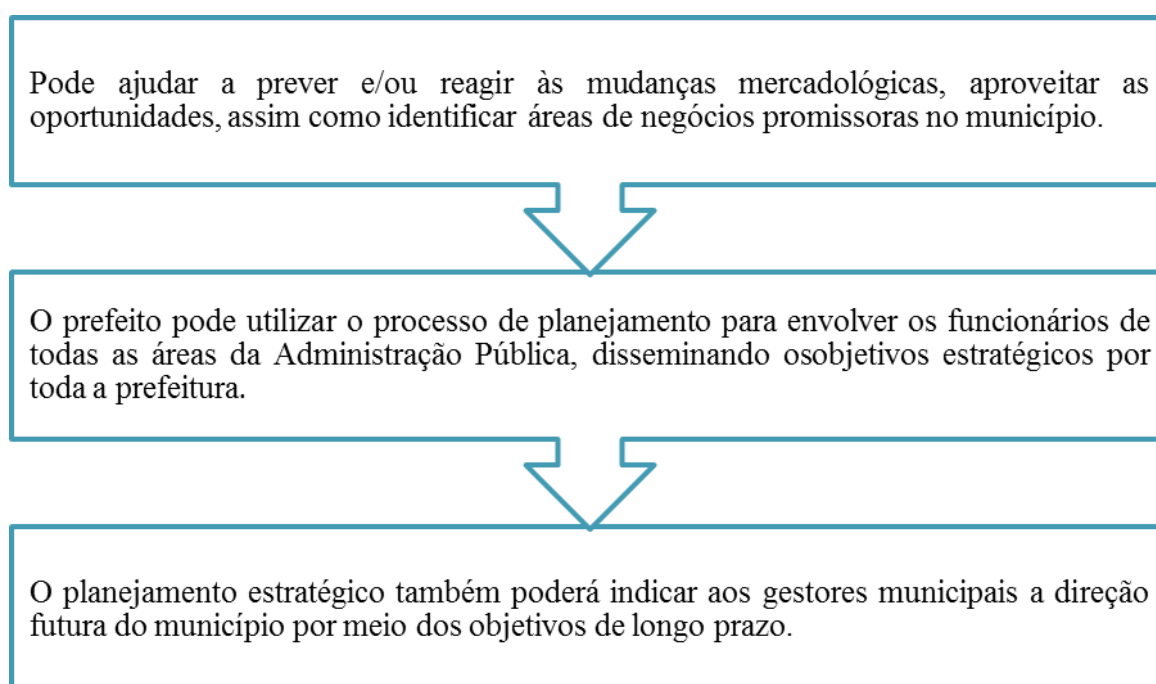
De modo geral, o PE é um instrumento de gestão que auxilia as “organizações por meio do estabelecimento dos valores praticados e da construção de sua visão de futuro, fatores que promovem a definição dos seus rumos de longo prazo, bem como orienta as decisões do dia a dia da organização para que caminhe na direção almejada” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIBAGI, 2009, p.04).

O Planejamento Estratégico Municipal (PEM), segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM) (2012, p.25) conceitua-se como:

[...] um modelo de planejamento que busca a identificação das funções públicas levando-se em consideração aspectos como a vocação do município, seus pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades, com vistas ao traçado de planos de ações compatíveis com as políticas públicas. Pode ser realizado em nível macro (todo o município) ou em cada um dos aparelhos do município.

Assim o PEM é “um tipo de planejamento que passa pela análise de cenários, pela vocação do município, pela missão, pela visão e pelos objetivos estratégicos” (CNM, 2012, p.25). O PEM é algo “recente no Brasil e vem ganhando espaço, na medida em que se torna um fórum de conciliação de interesses, otimização do uso de recursos, geralmente limitados, com a determinação de objetivos comuns aos diversos setores da sociedade municipal” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIBAGI, 2009, p.04).

A importância do PEM para os gestores municipais pode ser observada na Figura 02\*:



**Figura 2: Importância do planejamento estratégico no município**

Fonte: Confederação Nacional de Municípios (2012, p.26).

\* Figura adaptada para este estudo.

A Figura 2 apresenta contributos importantes para os gestores para o desenvolvimento do PEM em seu município. CNM (2012) expõe diferenças entre o planejamento estratégico que é focado em incertezas, o planejamento tradicional pressupõe previsões mais certas. O Quadro 6\* a seguir mostra essas diferenças:

<b>Planejamento tradicional</b>	<b>X</b>	<b>Planejamento Estratégico</b>
<b>NORMATIVO</b>		<b>INDICATIVO</b>
Determinista (previsões certas)		Indeterminista (previsões incertas)
Objetivista (diagnóstico)		Subjetivista (apreciação e análise da situação)
Plano por setores		Subjetivista (apreciação e análise da situação)
Certeza		Plano por problemas
Pessoas são agentes		Incertezas e surpresas
Sistema Fechado (metas únicas)		Pessoas são atores
		Sistemas aberto (várias possibilidades)
		Participação

**Quadro 6: Planejamento Tradicional X Planejamento Estratégico**

Fonte: Confederação Nacional de Municípios (2012, p.27).

\*Quadro adaptado para este estudo.

De acordo com a CNM (2012, p.28) o PEM não deve ser confundido com previsão, projeção, resolução de problemas ou plano. Pois é um direcionamento de como os “gestores públicos visualizam o posicionamento do município na região; quais as políticas públicas que devem ser formuladas, quais os objetivos devem ser atingidos, como atingem (estratégias), quais os recursos necessários e os resultados esperados”.

Para VERGARA e CORRÊA (2004, p.51), o PEM “lida com: as interfaces das organizações municipais com o seu ambiente; a reflexão estratégica obriga administradores e, outros participantes do processo a pensarem a comunidade a partir de suas funções internas”. Para os referidos autores, o planejamento é essencial e, o ponto de partida para que a administração pública seja eficiente e eficaz, pois a qualidade do mesmo determinará os rumos para a boa ou má gestão, refletindo diretamente no bem-estar da população.

Conforme ALMEIDA (2001), ao implantar o PEM algumas questões devem ser consideradas e respondidas, tais como:

- As atividades que a entidade executa estão de acordo com a sua missão ou vocação?
- Existem atividades ligadas com a vocação ou missão que a entidade não executa?
- Quais são as principais atividades que vem sendo realizadas pela entidade?
- Quais atividades que mais consumiram recursos?
- Quais as estratégias vigentes na entidade?
- Quais são a missão, vocação e visão?
- Estas estratégias são adotadas pela entidade?

Depois de respondida estas questões pelo Gestor municipal e sua equipe, é importante ter uma visão clara da missão, visão, valores e objetivos do município, assim a implantação do PEM pode prosseguir para a segunda fase. Como expõe SALDANHA et.al (2013), deve-se analisar aspecto interno, análise do ambiente, comparação da missão com o campo de atuação e o estabelecimento da estratégia vigente.

REZENDE (2005, apud Saldanha et.al 2013, p. 02), sugere uma metodologia para elaborar e implementar o planejamento estratégico municipal com as seguintes fases: análises estratégicas; diretrizes estratégicas; estratégias e ações municipais; e controles municipais e gestão do planejamento.

- As análises e estratégias procuram identificar qual a real situação do município, de seu entorno e de sua administração, incluindo variáveis internas e externas.
- As diretrizes estratégicas procuram estabelecer os objetivos ou caminhos da cidade.
- As estratégias e ações municipais definem as respectivas estratégias e ações que a cidade deve planejar para atender aos seus respectivos objetivos. As estratégias são as atividades que realizam os objetivos municipais definidos pela cidade; e as ações municipais detalham como as estratégias municipais serão implementadas.
- Os controles municipais e gestão do planejamento procuram estabelecer os controles estratégicos, táticos e operacionais do planejamento estratégico municipal, por meios de padrões de medição de desempenho, o acompanhamento, a correção de desvios. Também procuram definir formas de gestão para lidar com os recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos que são requisitados pelo planejamento estratégico municipal.

SALDANHA et.al.(2013), expõe que o modelo de gestão da prefeitura encontra-se ligado ao sistema organizacional do município que por sua vez influencia expressivamente no desempenho da prefeitura e reflete nos serviços municipais. A ciência da administração apresenta resumidamente quatro modelos de gestão: autoritária, democrática, participativa e situacional. Segundo o referido autor, a prefeitura pode utilizar uma combinação dos modelos de gestão, pois na prática a atuação cotidiana na administração envolve diferentes e divergentes variáveis.

O planejamento estratégico municipal é um projeto e, como tal, deve ser iniciado, controlado e encerrado. Num primeiro momento a gestão do planejamento estratégico municipal começa quando a elaboração da primeira atividade do projeto. Num segundo momento, a gestão acompanha o desenvolvimento de todo o projeto. No terceiro e último momento, reinicia-se imediatamente após o seu encerramento, como um processo cíclico e dinâmico (SALDANHA et.al., 2013, p. 05).

De acordo com SALDANHA et.al. (2013, p. 05) o PEM constitui atividades complexas, desafiadoras e inovadoras para os municípios, principalmente porque procura organizar os diferentes e divergentes anseios dos munícipes, dos gestores locais e dos demais interessados na cidade. “Para tanto, um instrumento de gestão se faz necessário para lidar com os recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos que são requeridos pelo planejamento estratégico municipal”.

A CNM (2012, p.28) expõe que ao implantar o PEM, alguns itens devem ser considerados:

[...] É importante levar em conta as características da macrorregião, como aspectos econômicos, sociais, políticos, geográficos, ambientais, tipo de mão-de-obra disponível, incluindo nível de escolaridade e saúde dos trabalhadores, bem como demais condições que a região apresenta. Outro ponto importante é caracterizar o que torna o município especial, diferenciado dos seus vizinhos, como, por exemplo, nível de disponibilização e utilização tecnológica, tipo e potencial de turismo, suas condições orçamentárias e financeiras, seu potencial de força de trabalho, etc.

SALDANHA et.al. (2013, p. 05) destacam que ações governamentais são tão significativas, que diversas normas que regem a Administração Pública dedicaram-lhe atenção especial, inclusive a Constituição Federal. De acordo com os autores, a Constituição Brasileira de 1988 deu ênfase à função de planejamento municipal, quando incluiu significativas mudanças na forma de condução do processo orçamentário, pois incorporou o orçamento público ao planejamento.

Além disso, a Carta Magna tratou de evidenciar a integração dos instrumentos de planejamento: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (SALDANHA et.al., 2013, p. 02). Descritos no Quadro 07\*:

<b>PPA</b>	É o plano de governo que expressa o planejamento de médio prazo. Evidencia os programas de trabalho do governo para um período de quatro anos especificados em diretrizes, objetivos, metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada. O PPA permite à sociedade dimensionar suas pretensões diante ao estado de suas finanças.
<b>LDO</b>	Cabe anualmente orientar a elaboração e a execução do orçamento. A partir desse instrumento, o poder Legislativo passa a ter poderes para de fato interferir no decurso da elaboração da peça orçamentária e a condução as finanças públicas, pois, ao aprovar a LDO, estará aprovada a regra para a elaboração do orçamento e para gestão financeira do Município. Assim, a LDO tem entre outras funções a de selecionar dentre os programas e ações incluídas no PPA quais terão prioridade na execução orçamentária.
<b>LOA</b>	Viabiliza o plano de governo, permitindo a realização anual dos programas mediante a alocação de recursos para as ações orçamentárias (projetos, atividades e operações especiais).

Quadro 07: Integração dos instrumentos de planejamento municipal.

Fonte: Saldanha et.al. (2013, p. 02).

\* Quadro adaptado para este estudo.

Além dos instrumentos já citados no Quadro 7, corroboram com o processo de planejamento municipal, segundo SALDANHA et. al. (2013, p. 02):

**Estatuto da Cidade:** Constituição Federal regulamentou o Estatuto da Cidade, que visa alinhar os municípios em seu crescimento econômico, populacional e territorial;

**A Lei de Responsabilidade Fiscal:** é o estabelecimento de regras que visam garantir o equilíbrio e o ajuste das contas públicas (gestão fiscal responsável), enfatizou também a integração dos instrumentos (PPA, LDO e LOA) e ratificou a necessidade de planejamento, controle, transparência e responsabilização na administração pública (**g.m**).

Para SALDANHA et.al. (2013) o planejamento governamental, a sua execução e o seu controle são imprescindíveis para a boa aplicação das finanças públicas, como também são obrigações impostas ao administrador público pela



legislação vigente. REZENDE e ULTRAMARI (2007, p. 257) asseveram que o Plano Diretor Municipal (PDM) e o Planejamento Estratégico Municipal (PEM) são instrumentos de planejamento e gestão de municípios e prefeituras, considerados, atualmente, de suma importância e inquestionável. “A realização de tais instrumentos deve mesmo ser compatibilizada com regulamentos de ordem superior, tais como a própria Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Estatuto da Cidade” (REZENDE e ULTRAMARI, 2007, p. 257).

REZENDE e ULTRAMARI (2007, p. 257), destacam que o estado do Paraná criou um Decreto Governamental<sup>1</sup> para a elaboração de PDM (Plano Diretor Municipal), para todos os seus 399 municípios. No entanto, independentemente dos parâmetros adotados no Estatuto, os termos de referência igualam realidades diferentes.

Art. 1º. O Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com municípios que obedecerem aos seguintes requisitos:

- a) municípios que já possuam planos diretores aprovados pelas respectivas câmaras municipais; e
- b) aos municípios que executarem com recursos próprios ou financiarem prioritariamente planos diretores ou planos de zoneamento, em conformidade com o que estabelece o estatuto das cidades, para elaboração em até 180 (cento e oitenta) dias (REZENDE e ULTRAMARI, 2007, p. 257).

É imperativo destacar que nos dias atuais, prefeitos que não fazem uso adequado das finanças públicas podem tê-las desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado e ter como resultado processos judiciais e até cassação. No próximo item serão apresentados os procedimentos metodológicos norteadores desta monografia.

---

<sup>1</sup> Decreto do Governo do Estado do Paraná n. 2.581 de 17 fev. 2004.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para SILVA e MENEZES (2005) a elaboração de um projeto de pesquisa e o desenvolvimento da própria, necessita para que seus resultados sejam aceitáveis, fundamentar-se na escolha de um método, pois este é fundamental para a obtenção de resultados precisos.

O método de pesquisa são regras precisas e fáceis, a partir da observação exata das quais se terá certeza de nunca tomar um erro por uma verdade e, sem aí desperdiçar inutilmente as forças de sua mente, mas ampliando seu saber por meio de um contínuo progresso, chegar ao conhecimento verdadeiro de tudo do que se é capaz (LAVILLE e DIONE, 1999, p.5).

A definição do método da pesquisa é determinante para a sustentação dos resultados que se pretende alcançar, principalmente em conhecer as características das atividades econômicas que geram maior Valor Adicionado Fiscal e, conseqüentemente maior retorno de ICMS ao município através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Do ponto de vista de sua natureza esta pesquisa será aplicada, pois seu objetivo principal é gerar conhecimentos sobre as características das atividades econômicas que geram maior valor adicionado fiscal e conseqüentemente maior retorno de ICMS ao município através do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, e contribuir para a Gestão Pública Municipal, na identificação de qual segmento proporciona mais lucratividade para a cidade, foco para possíveis ações do Plano Diretor. E, portanto, dirigida especificamente ao tema pesquisado, o que envolve verdades e interesses locais (SILVA e MENEZES, 2005).

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, esta pesquisa caracterizar-se-á como quantitativa. A pesquisa quantitativa é um método que “representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitarem distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências” (RICHARDSON, 1999, p. 70).

Do ponto de vista de seus objetivos será exploratória e descritiva. SILVA e MENEZES (2005, p.21), este tipo de pesquisa se caracteriza por:

**Pesquisa Exploratória:** visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

**Pesquisa Descritiva:** visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento (grifo do autor)

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos esta pesquisa será bibliográfica, documental, estudo de caso e *ex-post-facto*. Para (SILVA e MENEZES , 2005), a pesquisa tipo *ex-post-facto* dá-se quando o estudo é realizado depois dos fatos terem acontecido. Portanto é uma pesquisa investigativa, sistemática e empírica, onde o pesquisador não tem influência direta sobre as variáveis independentes, pois já aconteceram suas manifestações, neste caso, as características das atividades econômicas que geraram maior valor adicionado fiscal e conseqüentemente maior retorno de ICMS ao município através do FPM, pois os dados numéricos já aconteceram e, desta forma não podem ser manipuláveis.

As pesquisas bibliográficas podem ser “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet” (GIL 1991, apud SILVA e MENEZES, 2005, p.21).

O Estudo de Caso é um tipo de pesquisa qualitativa, que foca em uma situação, “um fenômeno particular, o que o faz um tipo de estudo adequado para investigar problemas práticos. A característica da descrição significa o detalhamento completo e literal da situação investigada”. Deste modo o estudo de

caso deste estudo será de cunho instrumental, onde o interesse do pesquisador é uma questão que o caso vai ajudar a resolver (DEUS; CUNHA e MACIEL, 2014, p. 4).

A pesquisa documental, segundo GIL (1991, p.5), “utiliza materiais que não receberam tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Neste tipo de pesquisa as fontes de informações são diversificadas e dispersas, como cita o autor:

Há de um lado os documentos de “primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. (GIL, 1991, p.5).

Quanto aos procedimentos para análise dos dados se processou a partir de uma análise temática, tal qual pontua MINAYO (2004, p. 249), “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado”.

Idealmente, considerou-se nesta pesquisa a construção de novo conhecimento, determinado pelas características do Valor Adicionado Fiscal (VAF), gerado pelas indústrias e comércio em pequeno município, usando para tanto o estudo de caso em Pato Branco - PR no ano de 2012. Os resultados desta pesquisa se configuraram científicos, a partir do compromisso e da responsabilidade de fidelidade a critérios aplicados de coerência, consistência, originalidade e objetivação.

## 4.2 UNIVERSO DA PESQUISA / FONTES DE INFORMAÇÃO

Não haverá participantes na pesquisa, pois os objetos de interesse e investigação serão bibliográfica e documental disponível sobre o tema proposto. Serão analisados os números estatísticos das características do valor adicionado

fiscal gerado pelas empresas do comércio em comparação com as indústrias da cidade de Pato Branco/PR no ano de 2012.

As fontes de informação da pesquisa serão livros publicados sobre o tema proposto, sites de pesquisa educativos, periódicos científicos eletrônicos, legislações, sites governamentais, abrangendo a literatura existente e informações relevantes a este estudo.

### 4.3 ANÁLISE DOS DADOS

O procedimento de análise dos dados se processará a partir de uma análise temática. RICHARDSON (1999) expõe que este tipo de análise consiste em descobrir e interpretar as informações encontradas dos conteúdos coletados por meio dos elementos contidos nos roteiro de pesquisa e documentos. Os dados coletados seguiram três etapas para sua organização e análise conforme propõe MINAYO (2004):

**Pré-análise:** fase de organização e sistematização das ideias, em que ocorre a escolha dos documentos a serem analisadas, a retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa em relação ao material coletado, e a elaboração de indicadores que orientarão a interpretação final. A pré-análise pode ser decomposta em quatro etapas: leitura flutuante, na qual deve haver um contato exaustivo com o material de análise; constituição do Corpus, que envolve a organização do material de forma a responder a critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; formulação de hipóteses e objetivos, ou de pressupostos iniciais flexíveis que permitam a emergência de hipóteses a partir de procedimentos exploratórios; referenciação dos índices e elaboração dos indicadores a serem adotados na análise, e preparação do material ou, se for o caso, edição;

**Exploração do material:** trata-se da fase em que os dados brutos do material são codificados para se alcançar o núcleo de compreensão do texto. A codificação envolve procedimentos de recorte, contagem, classificação, desconto ou enumeração em função de regras previamente formuladas, e;

**Tratamento dos resultados obtidos e interpretação:** nessa fase, os dados brutos são submetidos a operações estatísticas, a fim de se tomarem significativos e válidos e de evidenciar as informações obtidas. De posse dessas informações, o investigador propõe suas inferências e realiza suas interpretações de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos, ou identifica novas dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material. Os resultados obtidos, aliados ao confronto sistemático com o material e às inferências alcançadas, podem servir a outras análises baseadas em novas dimensões teóricas ou em técnicas diferentes (g.m) (MINAYO, 2004, p. 209).

Deste modo, criar-se-ão categorias analisadas estatisticamente com recursos gráficos e tabelas, para assim explicar, descrever, quantificar as respostas. Posteriormente, as categorias temáticas serão agrupadas e organizadas em subcategorias, com vistas a um melhor aproveitamento das informações, com base nas inferências do pesquisador e nos achados bibliográficos.

## 5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A seguir serão apresentadas as análises dos dados coletados dispostos em tabelas, gráficos e quadros, interpretados à luz de autores e articulistas, estudiosos do tema. Os dados foram analisados e procurou-se neste estudo descrever o perfil econômico do município de Pato Branco-PR, evidenciando os ramos de atividades que contribuem de forma significativa para a formação do valor adicionado anual e que tem importância estratégica para o município.

A fonte de dados desta análise são as Declarações Fisco Contábeis do município de Pato Branco-PR, apresentadas no ano de 2013 relativo ao movimento econômico de 2012, referente as empresas que tem o regime de tributação normal e, ainda, as informações relativas as empresas enquadradas no regime fiscal do Simples Nacional através da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS).

### 5.1 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Inicialmente, obteve-se os dados das DFCs apresentadas no ano de 2013, referente o ano base de 2012, já dispostas em tabelas com informações relativas a: Participação Individual de Contribuintes do Município no Valor Adicionado (empresas normais). As tabelas trazem informações como: Inscrição Estadual, Ramo de Atividade – CNAE-F, Nome Empresarial, Valor das Entradas, Valor das Saídas, Valor Adicionado, entre outras informações. Todos os municípios tem acesso a esses dados.

Para preservar o anonimato das empresas, construímos novas tabelas agrupando os dados por “grupo de atividade econômica” com totalização do valor adicionado, além de contar o número de empresas de cada grupo. Tal procedimento foi realizado, também, com as informações das empresas optantes pelo Simples Nacional, cujos dados tem origem na DEFIS. Logo após foi criado

uma tabela única unindo as informações das empresas normais e as do simples nacional.

Feito essa sistematização inicial, os dados serão apresentados em tabelas e gráficos demonstrando a participação efetiva dos diferentes grupos de atividades econômicas na formação do valor adicionado do município de Pato Branco.

## 5.2 CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DOS ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS NO ESTADO DO PARANÁ

A tabela 01 a seguir, evidencia a importância do valor adicionado do município para o cálculo do índice de participação do mesmo no resultado da arrecadação do Estado. Com base neste índice, são feitas as transferências devolutivas dos recursos arrecadados, nesse caso ICMS, levando em conta o movimento econômico gerado no município anualmente.

<b>Variáveis</b>	<b>Participação</b>
Valor Adicionado do Município	75,0%
Produção Agropecuária do Município	8,0%
Habitantes na Zona Rural do Município	6,0%
Propriedades Rurais do Município	2,0%
Área Territorial do Município	2,0%
Distribuição Iguatária aos Municípios	2,0%
Mananciais de Abastecimento e Conservação Ambiental	5,0%

**Tabela 01: Critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS no Estado do Paraná**

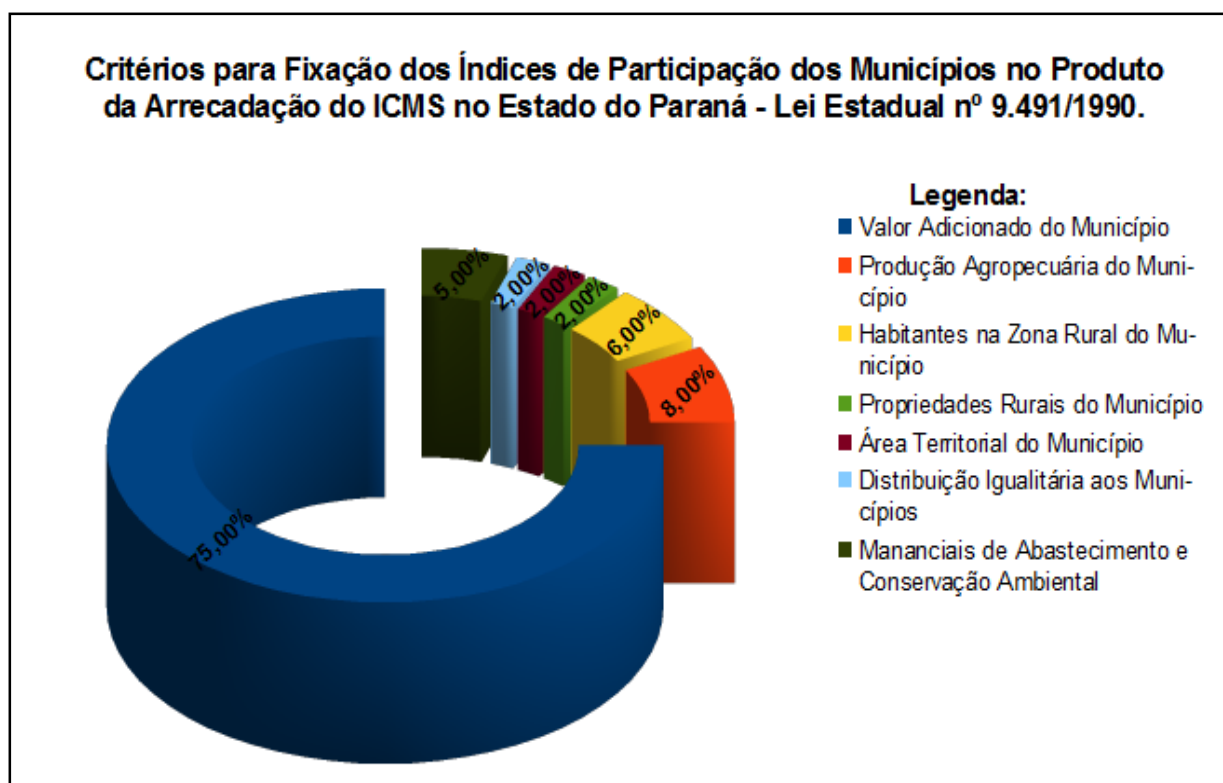
Fonte: Elaboração do Autor com base na Lei Estadual nº 9.491/90 (2014).

A Tabela 01 apresenta os índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS no Estado do Paraná. O percentual mais expressivo é o do Valor Adicionado que totaliza 75,0%; o segundo item a Produção Agropecuária do Município que totaliza 8,0%; em terceiro os Habitantes na Zona Rural do Município que somam 6,0%; as Propriedades Rurais do Município totalizam 2,0%; a Área Territorial do Município representa o percentual de 2,0%; a Distribuição Iguatária aos Municípios totaliza 2,0%; o último item identificado é o de Mananci-



ais de Abastecimento e Conservação Ambiental onde o percentual destinado é de 5,0%. Totalizando 100% da quota parte (25%) da arrecadação do ICMS no Estado do Paraná.

Corroborando com estes percentuais, o gráfico 01 demonstra estes índices, a seguir;



**Gráfico 01: Critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS no Estado do Paraná**

Fonte: Elaboração do Autor com base na Lei Estadual nº 9.491/90 (2014).

O Valor Adicionado influencia diretamente no crescimento e no desenvolvimento econômico e social dos municípios, visto que, abarca os principais setores econômicos, tais como: agricultura, indústria, comércio e serviços, responsáveis pela economia local de cada região, como expõe BORTOLOTTI e HRYCYK (2013, p. 2);

Portanto, pode se dizer que o desenvolvimento municipal dar se á através do que ele mesmo gera e/ou produz, pois é através de cada setor da economia que se representa o seu desenvolvimento econômico e seu valor adicionado, sendo base para os repasses aos municípios o que gera recursos para a gestão municipal, assim verifica-se relevante realizar tal pesquisa, pois são os índices econômicos que servem de base para gestões futuras em relação a agentes macroeconômicos.

Através do Valor Adicionado é possível formular políticas públicas que atendam a demanda e as necessidades governamentais, que pode ser adquirida pelo contexto da contabilidade social, logo atendendo a necessidade de informações socioeconômicas proporcionando então a capacidade do desenvolvimento regional (BORTOLOTTI e HRYCYK, 2013).

### 5.3 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO NO FPM ESTADUAL

A tabela 02 apresenta o índice de participação do município de Pato Branco em relação ao total do Estado, levando em conta todos os critérios estabelecidos na Lei Estadual 9.491/1990.

O município de Pato de Branco apresenta um índice de 0,00587708928342, está classificado em vigésimo quarto lugar. Pato Branco é uma cidade polo no sudoeste do Paraná, fornecendo boas instituições de ensino, saúde, comércio e indústria. Desta forma, influencia na economia regional e nas cidades vizinhas, principalmente Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara d'Oeste, Mariópolis, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina, Vitorino e ainda a cidade de São Lourenço d'Oeste no vizinho estado de Santa Catarina.

Ano Base	2012	Tipo Índice	Definitivo
Município	Pato Branco	Estado	Paraná
Ano do Exercício	2013	Ano de Vigência no FPM	2014
<b>Composição do Índice – Calculado para o ano de 2014</b>			
Valor Adicionado	0,00667947649304	Propriedades Rurais	0,00457172884918
População Rural	0,00279338361728	Fator Ambiental	0,00023463025201
Area Territorial	0,00269669121532	Produção Agropecuária	0,00615817086799
Distribuição Iguitária	0,00250626566416	Contribuintes Omissos	514
DFC Processadas	2613	Previsão de Receita p/2014	31.403.312
DFC em Verificação	0	<b>Índice Total do Município</b>	<b>0,00587708928342</b>

Tabela 02: Índice de Participação do Município de Pato Branco no FPM Estadual  
 Fonte: SEFA-PR ([www.sefanet.pr.gov.br/FPM\\_DFC](http://www.sefanet.pr.gov.br/FPM_DFC))(2014).

O índice total do município de Pato Branco é de 0,00587708928342. Este índice é multiplicado pelo valor total da cota-parte dos municípios, ou seja, 25% da arrecadação mensal do ICMS. Por exemplo: a arrecadação total do estado, no mês de janeiro/2014, foi de R\$ 1.826.233.900,00, a cota-parte dos municípios será de R\$ 456.558.475,03. Sobre esse valor é aplicado (multiplicado) o índice, gerando R\$ 2.688.211,31 para o município de Pato Branco (valores aproximados).

#### 5.4 COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO NO ANO DE 2012

A tabela 03 apresenta a composição geral do valor adicionado do município, no ano de 2012, distribuído em grupos de atividades econômicas diversas.

<b>SETOR-ATIVIDADE</b>	<b>TOTAL</b>
V.A. Indústria	475.253.748
Energia Elétrica	47.956.498
Distribuição de Água	9.520.008
Valor Adicionado da Indústria - Total	532.730.254
V.A. Comércio	549.334.478
Transportes Autônomos	896.243
Referente a Transportes	69.473.704
Referente a Telecomunicações	43.068.601
Valor Adicionado do Comércio - Total	662.773.026
V.A. Produção Primária do Município	158.259.018
V.A. Relativo a Ação Fiscal	753.638
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>1.354.515.936</b>

Tabela 03: Composição do Valor Adicionado do Município de Pato Branco - Ano:2012-Geral  
Fonte: SEFA-PR ([www.sefanet.pr.gov.br/FPM\\_DFC](http://www.sefanet.pr.gov.br/FPM_DFC))(2014).

A tabela 03 apresenta que no item V.A. Indústria totalizou R\$ 475.253.748; Energia Elétrica totalizou R\$ 47.956.498; o item Distribuição de Água somou R\$ 9.520.008; o Valor Adicionado da Indústria – Total somou R\$ 532.730.254; o V.A. do Comércio totalizou R\$ 549.334.478; Transportes Autônomos contribuiu com R\$ 896.243; Referente a Transportes somou R\$ 69.473.704; o percentual no item Referente a Telecomunicações foi de R\$ 43.068.601; o Valor Adicionado do Comércio - Total é de R\$ 662.773.026; V.A. Produção Primária do Município totalizou R\$ 158.259.018; o V.A. Relativo a Ação Fiscal somou R\$ 753.638; Deste modo, o VALOR ADICIONADO TOTAL DO MUNICÍPIO é de R\$ 1.354.515.936.

Os valores econômicos identificados na tabela 03, foram gerados no município, embora possam ter sido apurados de forma centralizada, em outro município, como é o caso da distribuição de água, telecomunicações, entre outros.

## 5.5 NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS EMPRESARIAS LOCALIZADOS EM PATO BRANCO – PR

A Tabela 04 demonstra o número de estabelecimentos empresariais localizados no município. Esta informação é importante, pois são, principalmente,

estas empresas que podem aumentar ou diminuir o movimento econômico gerado e conseqüentemente o valor adicionado do município.

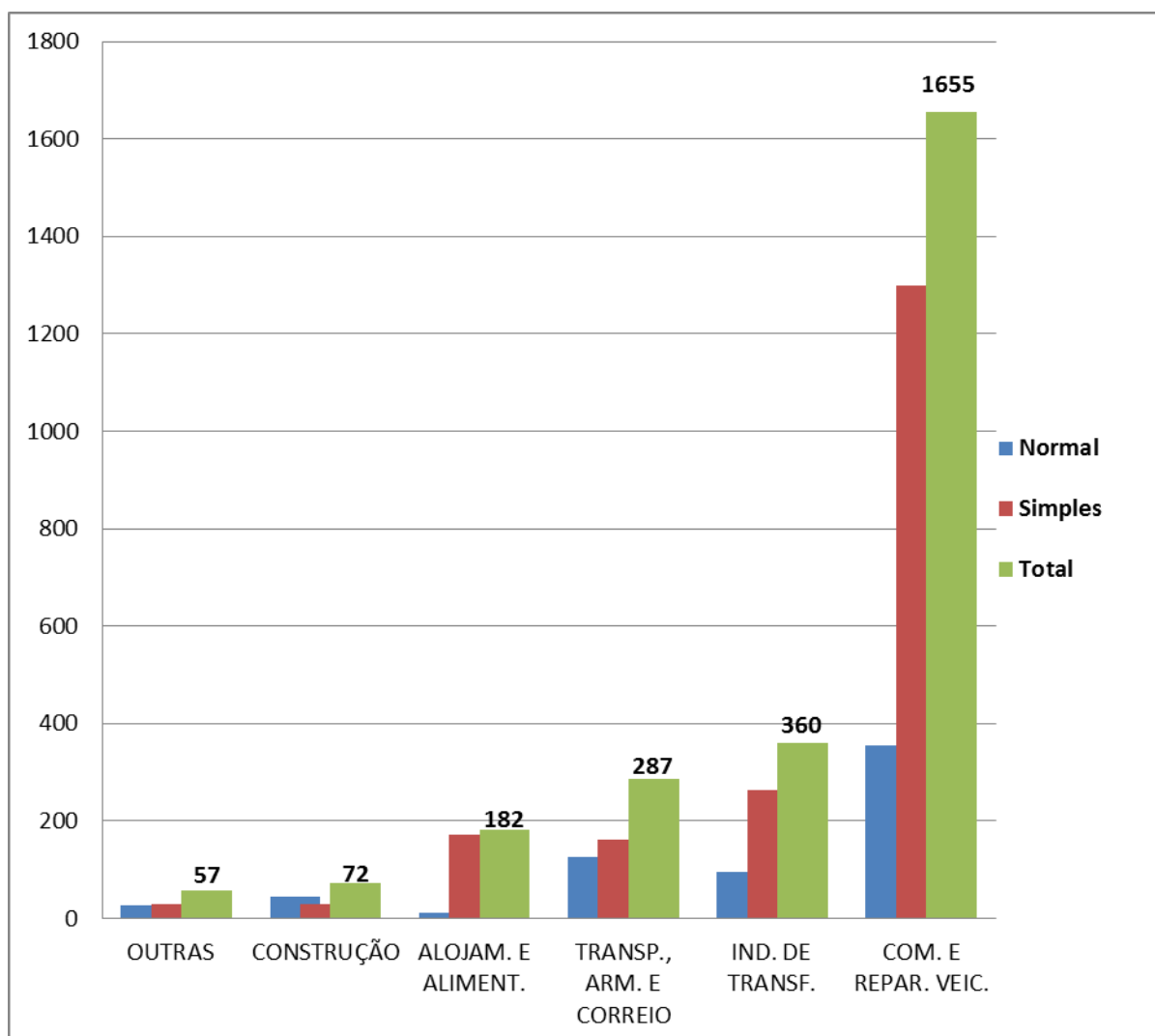
<b>Grupo de Atividade Econômica</b>		<b>Empresas Normais</b>	<b>Simplex Nacional</b>	<b>Total</b>
A	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	14	1	15
B	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	2	2
C	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÕES	96	264	360
E	ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	0	3	3
F	CONSTRUÇÃO	44	28	72
G	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	355	1300	1655
H	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E CORREIO	126	161	287
I	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	11	171	182
J	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	6	14	20
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	1	0	1
M	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	3	0	3
N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	3	2	5
R	ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0	1	1
S	OUTRAS ATIVIDADES E SERVIÇOS	0	7	7
<b>TOTAL</b>		<b>659</b>	<b>1954</b>	<b>2613</b>

Tabela 04: Número de Estabelecimentos Empresariais Localizados em Pato Branco por Grupo de Atividade Econômica e Regime de Tributação no ano de 2012

Fonte: Elaboração do Autor, com base nos dados da SEFA-PR (2014)

Nota: Não foram considerados os contribuintes omissos de DFC.

A tabela 4 expõe o Número de Estabelecimentos Empresariais Localizados em Pato Branco por Grupo de Atividade Econômica, onde identificou 659 Empresas Normais; e 1954 fazem parte do Simples Nacional, totalizando 2613 estabelecimentos. Outra forma de observar estes dados é com gráfico 02, a seguir.



**Gráfico 02: Número de Estabelecimentos Empresariais Localizados em Pato Branco por Grupo de Atividade Econômica e Regime de Tributação no ano de 2012**

Fonte: Elaboração do Autor, com base nos dados da SEFA-PR (2013),

O gráfico 02 apresenta que o seguimento empresarial: comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas são as atividades econômicas mais destacadas totalizando 1655 estabelecimentos.

## 5.6 PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Tabela 05 e os gráficos 03 e 04, a seguir, expõem a participação efetiva de grupos de atividades econômicas na composição do valor adicionado do município. Os dados foram separados para evidenciar o valor adicionado das

empresas locais e destacar sua importância estratégica para o município. Os valores gerados pelo consumo de energia elétrica, água e telecomunicações, embora façam parte do valor adicionado, não podem ser alavancadas diretamente pelo governo municipal.

A Tabela 05 apresenta que o valor adicionado de Pato Branco concentra-se, principalmente, na indústria e no comércio, tendo o setor agropecuário estacionado em terceiro lugar. Mesmo somando o valor adicionado da atividade econômica “A – Agricultura, pecuária, etc” e a “produção primária”, ainda assim, o setor permanece atrás da indústria e do comércio. Num passado não muito distante, o setor agropecuário ocupava o primeiro lugar. No município analisado percebe-se um equilíbrio entre a indústria e o comércio na composição do valor adicionado, com percentuais significativos.

A Tabela 5, o gráfico 3 e 4 apresentam os percentuais sobre a Participação dos Grupos de Atividades Econômicas na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012. Dos itens apresentados, as indústrias de transformações representam 32,39%, e o comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas o percentual e de 32,42%, juntas totalizam 64, 81% das atividades econômicas município.

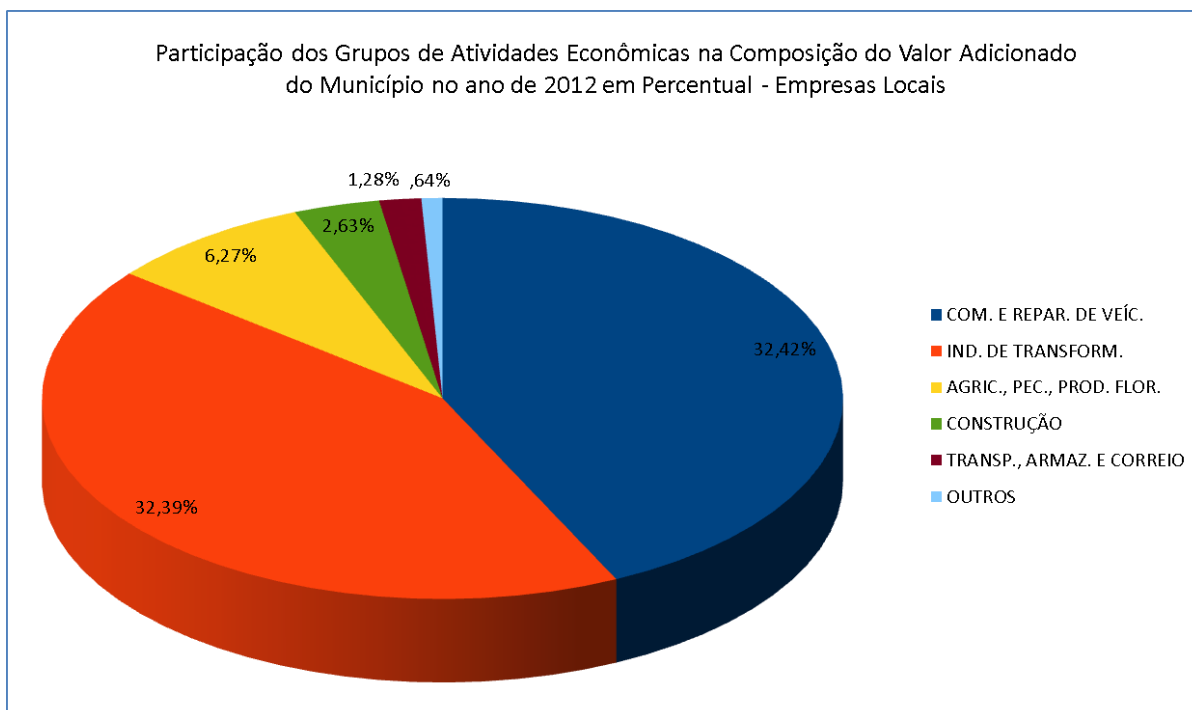
Grupo de Atividade Econômica		Emp.Normal	Simples-Nac.	Total	Perc.(%)
A	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	84.812.258	119.834	84.932.092	6,27
B	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0,00	709.950	709.950	0,05
C	INDUSTRIAS DE TRANSFORMAÇÕES	405.332.740	33.448.194	438.780.934	32,39
E	ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	0,00	77.586	77.586	0,01
F	CONSTRUÇÃO	34.920.937	723.761	35.644.698	2,63
G	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	329.795.381	109.357.525	439.152.906	32,42
H	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E CORREIO	13.275.724	4.116.415	17.392.139	1,28
I	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	5.715	6.900.053	6.905.768	0,51
J	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	20.063	740,042	760.105	0,06
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
M	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	699	27.792	28.491	0,00
R	ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0,00	1.315	1.315	0,00
S	OUTRAS ATIVIDADES E SERVIÇOS	0,00	202.242	202.242	0,01
	<b>TOTAL EMPRESAS LOCAIS</b>	<b>868.163.517</b>	<b>156.424.709</b>	<b>1.024.588.226</b>	<b>75,63</b>
OUTROS	Energia Elétrica			47.956.498	3,54
	Distribuição de Água			9.520.008	0,70
	Transportes Autônomos			896.243	0,07
	Referente a Transportes			69.473.704	5,13
	Referente a Telecomunicações			43.068.601	3,18
	Produção Primária do Município			158.259.018	11,69
	Relativo a Ação Fiscal			753.638	0,06
	<b>TOTAL GERAL</b>			<b>1.354.515.936</b>	<b>100,00</b>

**Tabela 05: Participação dos Grupos de Atividades Econômicas na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012 em Valores.**

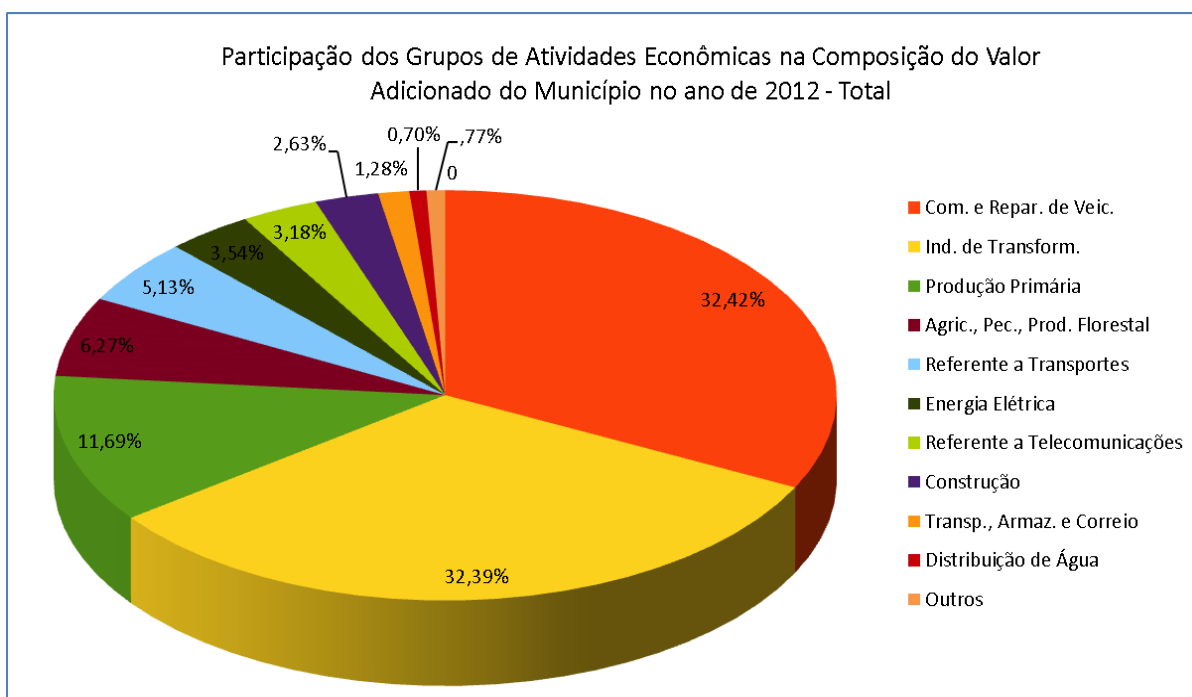
**Fonte: Elaboração do Autor, com base nos dados da SEFA-PR (2013)**

**Nota: Foram considerados para o cálculo os estabelecimentos localizados no município e que apresentaram DCF (Declaração Fisco Contábil).**





**Gráfico 03: Participação dos Grupos de Atividades Econômicas na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012 em Percentual – Empresas Locais.**  
 Fonte: Elaboração do Autor. (2014)



**Gráfico 04: Participação dos Grupos de Atividades Econômicas na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012 em Percentual – Total.**  
 Fonte: Elaboração do Autor. (2013)

## 5.7 PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A tabela 6 apresenta em qual atividade industrial foi gerado o valor adicionado. O setor industrial destaca-se pela sua importância econômica e grande capacidade de geração de renda, tornando-se uma das principais fontes de recursos para o município. O item 2.7 (fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos) destaca-se com 17,33%.

Nesse item, destacam-se duas grandes indústrias, sendo elas as maiores responsáveis pelo valor adicionado gerado nesse ramo de atividade econômica, uma com a fabricação de eletrodomésticos e outra na fabricação de eletrônicos.

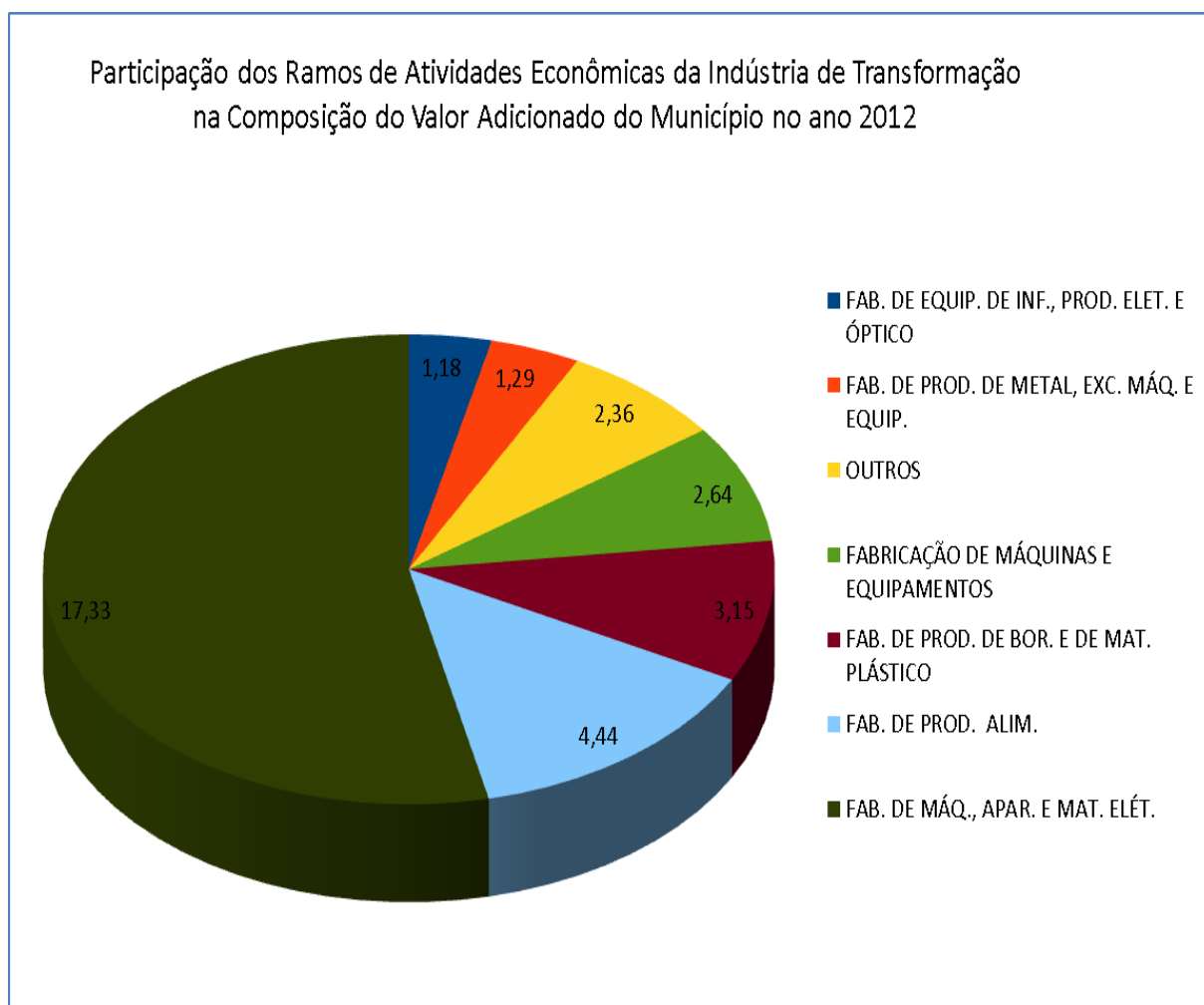
Em segundo lugar aparece o item 1.0 (fabricação de produtos alimentícios), com participação de 4,44%, com destaque para um frigorífico de aves. Em terceiro lugar está o item 2.2 (fabricação de produtos de borracha e de material plástico), com 3,15%, com destaque para a indústria de embalagens. O ramo industrial requer, geralmente, grandes investimentos para sua implantação e manutenção.

Pato Branco foi beneficiado pela Lei Estadual 15.634, de 27 de setembro de 2007, a qual prevê tratamento diferenciado no ICMS para empresas do ramo eletroeletrônico, de informática e de telecomunicações.

Ramo de Atividade Econômica		E.Normal	Simples_Nac.	Total	Perc.(%)
1.0	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	58.221.031	1.945.927	60.166.958	4,44
1.1	FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	0,00	240.034	240.034	0,02
1.3	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	0,00	109.731	109.731	0,01
1.4	CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	0,00	1.580.821	1.580.821	0,12
1.5	PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTIFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS	0,00	216.261	216.261	0,02
1.6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	0,00	1.147.476	1.147.476	0,08
1.7	FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	112.316	257.091	369.407	0,03
1.8	IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	3.810.228	173.714	3.983.942	0,29
1.9	FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS	275.390	0,00	275.390	0,02
2.0	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	3.465.525	311.348	3.776.873	0,28
2.1	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	39.460.195	3.216.319	42.676.514	3,15
2.3	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	1.007.837	2.724.959	3.732.796	0,28
2.4	METALURGIA	3.961.952	768.531	4.730.483	0,35
2.5	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	9.146.638	8.307.150	17.453.788	1,29
2.6	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICO	14.258.431	1.748.787	16.007.218	1,18
2.7	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	233.600.691	1.173.320	234.774.011	17,33
2.8	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	32.603.438	3.183.396	35.786.834	2,64
2.9	FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	5.304.678	991.384	6.296.062	0,46
3.1	FABRICAÇÃO DE MOVEIS	104.390	4.414.959	4.519.349	0,33
3.2	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	0,00	402.798	402.798	0,03
3.3	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	534.188	534.188	0,04
	<b>TOTAL</b>	<b>405.332.740</b>	<b>33.448.194</b>	<b>438.780.934</b>	<b>32,39</b>

**Tabela 06: Participação dos Ramos de Atividades Econômicas da Indústria de Transformação na Composição do Valor Adicionado do Município no ano 2012**  
**Fonte: Elaboração do Autor, com base nos dados da SEFA-PR (2013)**

O gráfico 5 a seguir, apresenta os percentuais identificados na Participação dos Ramos de Atividades Econômicas da Indústria de Transformação na Composição do Valor Adicionado no município de Pato Branco no ano de 2012.



**Gráfico 05: Participação dos Ramos de Atividades Econômicas da Indústria de Transformação na Composição do Valor Adicionado do Município no ano 2012.**

Fonte: Elaboração do Autor (2014)

O gráfico 5 demonstra que no item FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS identificou-se o percentual mais significativo, totalizando 17,33% de participação no Valor Adicionado do município, seguido pelo item FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS totalizando 4,44% e em terceiro lugar o item FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO totalizando 3,15% de participação no V.A do município.

## 5.8 PARTICIPAÇÃO DOS RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DO COMÉRCIO NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A tabela 7 expõe em qual atividade econômica do comércio foi gerado o valor adicionado. O setor comercial destaca-se pela grande movimentação financeira, grande números de empresas e boa distribuição de renda. O município de Pato Branco conta com 1.655 estabelecimentos comerciais, conforme tabela 04. Embora as empresas comerciais sejam, geralmente, de fácil instalação ao contrário das indústrias.

Nesse ramo de atividade, apresentam-se três divisões com maior definição, a seguir.;

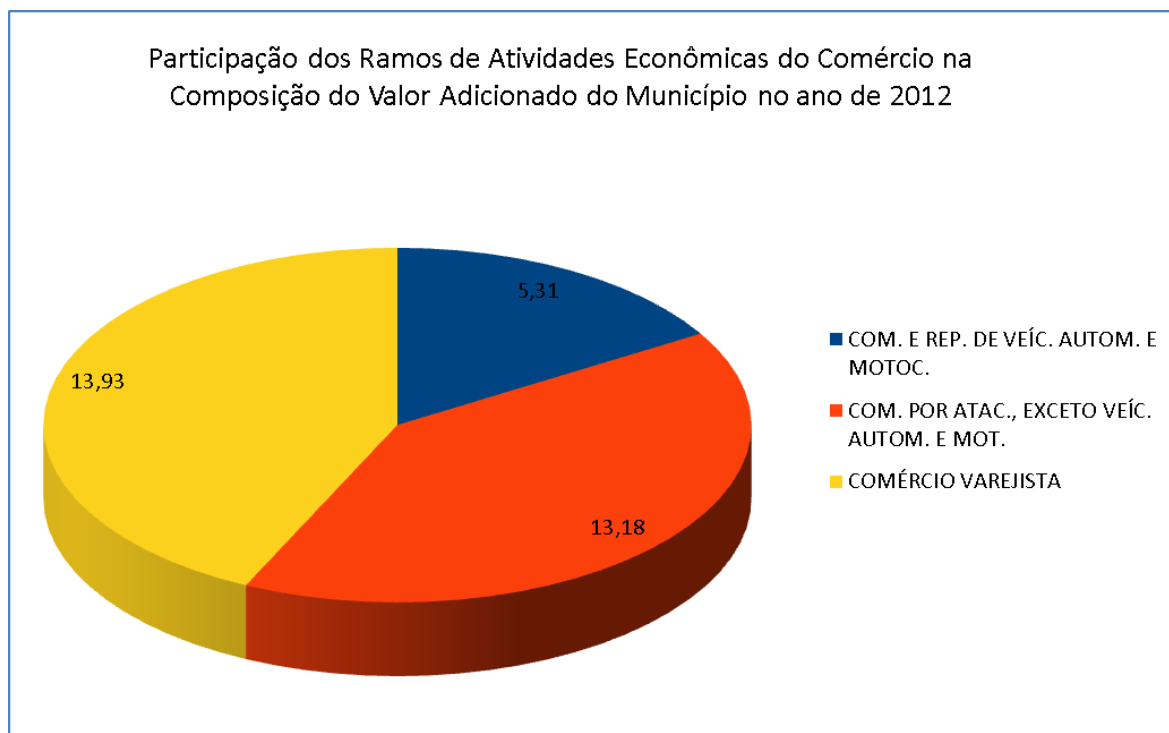
	<b>SEÇÃO/DIVISÃO</b>	<b>E Normal</b>	<b>Simples_Nac</b>	<b>Total</b>	<b>Perc.(%)</b>
<b>4.5</b>	COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	56.465.721	15.478.173	71.943.894	5,31
<b>4.6</b>	COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	166.250.545	12.313.608	178.564.153	13,18
<b>4.7</b>	COMÉRCIO VAREJISTA	107.079.115	81.565.744	188.644.859	13,93
	<b>TOTAL</b>	<b>329.795.381</b>	<b>109.357.525</b>	<b>439.152.906</b>	<b>32,42</b>

**Tabela 07: Participação dos Ramos de Atividades Econômicas do Comércio na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012**

Fonte: Elaboração do Autor, com base nos dados da SEFA-PR (2014)

A tabela 07 apresenta que a divisão 4.5 (comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas), representa 5,31%, com destaque para uma concessionária de veículos; divisão 4.6 (comércio por atacado), representando 13,18%, com destaque para as empresas cooperativas e; divisão 4.7 (comércio varejista) o mais tradicional, representando 13,93%, com destaque para os supermercados.

Outra forma de observar estes dados é com o gráfico 6 a seguir.



**Gráfico 06: Participação dos Ramos de Atividades Econômicas do Comércio na Composição do Valor Adicionado do Município no ano de 2012**

Fonte: Elaboração do Autor (2014).

O gráfico 6 expõe a participação dos três seguimentos com maior representatividade no V.A do município. Onde identifica-se que o comércio varejista totaliza 13,93% de participação. Sobre esta temática, FALEIROS (2009) expõe que nos últimos anos o comércio vem se destacando na economia brasileira, por três motivos principais:

- É um setor com grande absorção de mão de obra, em geral menos qualificada, que, de certo modo, compensa o desemprego da indústria;
- Após uma forte transição do setor na década de 1990, saindo de uma composição mais pulverizada para grupos estruturados de varejo, houve uma tendência à maior diversificação e acirramento da concorrência. Daí em diante, a disputa pelo consumidor fez com que a procura e a barganha de produtos com fornecedores se tornasse um importante mecanismo de redução de preços (...);
- A capacidade de gerar um canal direto entre produção e consumo, altamente suscetível à variação da demanda e às preferências do consumidor, pode influenciar diretamente o elo final da cadeia de valor dos produtos (FALEIROS, 2009, 03).

Para o referido autor, o comércio varejista é um ramo de atividade bem heterogêneo e que envolve bens duráveis: como eletrodomésticos e móveis e, bens não duráveis: como alimentos e bebidas, é de se esperar taxas elevadas de crescimento do volume de vendas.

Outro item que merece destaque em Pato Branco são as atividades que envolvem o setor automobilístico. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014) destaca que em 2007 o Brasil foi o 7º maior produtor mundial de veículos, com a produção de 2.997 mil unidades, o maior produtor mundial de ônibus urbanos e o maior produtor de caminhões da América do Sul.

Os veículos das principais montadoras do mundo são produzidos no País. No Brasil estão instaladas 19 empresas montadoras de veículos, com 40 fábricas localizadas em 8 Estados da Federação. A capacidade de produção total é da ordem de 3,85 milhões de veículos (em 2007). (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2014, p. 01).

Estes números apresentados merece o destaque nacional, e corrobora com os percentuais identificados em Pato Branco, pela facilidade em se adquirir um automóvel e serviços de manutenção e autopeças. Como expõe o Ministério (2014, p.01): “As empresas associadas ao SINDIPEÇAS estão localizadas em onze Estados. São 650 empresas, dentre as quais 40 são sistemistas, e têm faturamento da ordem de 35,9 bilhões de dólares”. A importância do Setor automotivo, em Pato Branco PR, é o reflexo do potencial desta atividade em nível nacional, onde pode ser demonstrada pelos números que o setor apresentou em 2007:

- Participação de montadoras e fabricantes de autopeças no Produto Interno Bruto - PIB brasileiro próximo de 5,4%.
- Geração de 120,3 mil empregos diretos nas montadoras, de 217 mil empregos no segmento de autopeças.
- O total de empregos diretos e indiretos na cadeia automotiva é de 1,3 milhão. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2014, p. 01).

## 5.9 EVOLUÇÃO DO IPM DE PATO BRANCO

A tabela 8 e o gráfico 7 apresentam a evolução dos índices de participação do município ao longo dos anos.

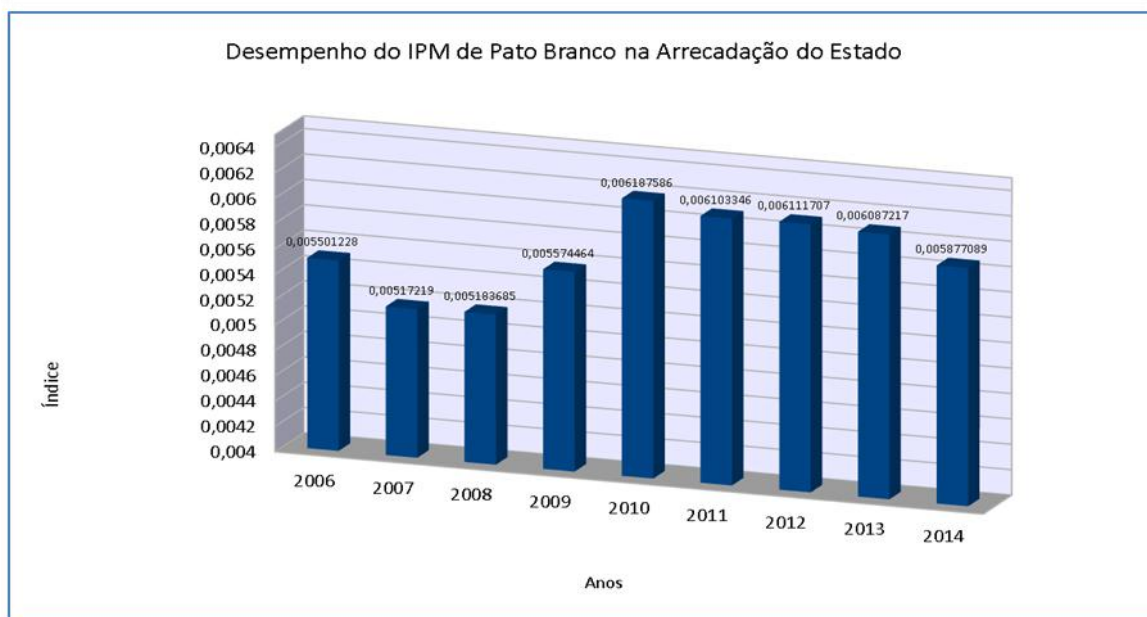
Ano Base	Ano Exercício	Ano Vigência	Índice	Classif. no PR	Valor Recebido
2004	2005	2006	0,00550122762201	24	12.960.954,93
2005	2006	2007	0,00517218985506	28	13.089.644,09
2006	2007	2008	0,00518368455147	25	15.332.107,95
2007	2008	2009	0,00557446415706	23	17.292.337,23
2008	2009	2010	0,00618758562251	20	21.569.429,12
2009	2010	2011	0,00610334648773	22	24.457.100,61
2010	2011	2012	0,00611170652783	22	27.479.418,95
2011	2012	2013	0,00608721741832	21	31.871.300,96
2012	2013	2014	0,00587708928342	24	0,00

**Tabela 08: Índice de Participação do Município de Pato Branco na Arrecadação do Estado**

Fonte: <http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/repasses/index.jsp> (2014).

\*Nota: Valores Brutos sem o desconto do FUNDEB





**Gráfico 07: Desempenho do IPM de Pato Branco na Arrecadação do Estado nos anos de 2006 a 2014**

Fonte: Elaboração do Autor (2014).

O Tabela 8 e o gráfico 7 apresentam os percentuais de arrecadação dos anos base de 2004 a 2011, onde o município oscilou entre a vigésima e vigésima segunda colocação no ranking estadual. No ano base de 2012 o município desceu para a vigésima quarta colocação, isso refletirá em um retorno menor de ICMS para o ano de 2014.

Em termos de valor recebido, pelas transferências devolutivas, houve evolução em todos os exercícios, isso acontece pelo crescimento econômico ocorrido no Paraná que foi superior ao da inflação apurada nos últimos anos.

#### 5.10 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO VALOR ADICIONADO FISCAL PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

RUEDELL (2006, p.09), expõe que o setor industrial de Pato Branco encontrava-se tímido, sendo formado por empresas de micro, pequeno e médio portes, “mas em desenvolvimento, com alguns segmentos que sobressaem pela representatividade do número de empresas e de empregos gerados e pela sua dinâmi-

ca de mercado”. As atividades principais no ano de 2006 eram metalúrgico (envolvendo inclusive o complexo da produção de fogões), moveleiro, de confecções, de construção civil, tecnológico e agroindustrial (alimentos).

Hodiernamente, em Pato Branco, identificou-se neste estudo que os principais grupos de atividades são representados, em primeiro lugar, pelo comércio, distribuído nos ramos: varejista, em seguida vem o comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, na sequência vem comércio por atacado. Em segundo lugar está a indústria de transformação, representado principalmente por: fabricações de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, produtos alimentícios, produtos de borracha e de material plástico. Depois aparecem outros ramos menos significativos, até a presente data, mas que podem ser incentivados. A cidade prosperou no setor industrial.

Os gestores municipais devem ficar atentos às operações que geram maiores valores econômicos, pois serão compensados com uma participação mais significativa no produto da arrecadação Estadual. Quanto maior for o seu Valor Adicionado municipal, maior será sua participação na distribuição da cota-parte. Logo, o Município de Pato Branco dispondo dos recursos que lhe são cabíveis, poderá executar maiores investimentos em estradas, educação, segurança, planejamento urbano, saneamento básico, entre outros, pois são ações necessárias para o contínuo desenvolvimento econômico municipal.

Os gestores municipais devem possibilitar novas oportunidades de investimentos no município utilizando-se de diferenças existentes, tais como: benefícios fiscais que oferecem tratamento diferenciado no ICMS para empresas do ramo eletroeletrônico, de informática e de telecomunicações; mão de obra especializada formada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; ser cidade polo regional do sudoeste do Paraná; estar próxima de várias usinas hidrelétricas localizadas no Rio Iguaçu e com possibilidade de criação de novas usinas no rio Chopim; contar com entidades federais de formação de profissionais representadas pelo sistema S, já existentes no município (Sesi, Senai, Senac, Sesc, Senar, Senat).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta pesquisa, e com os dados obtidos foi possível identificar como foi gerado o Valor Adicionado do município de Pato Branco em 2012. Observou-se que o PIB per capita do município é de R\$ 22,3 mil, enquanto o estadual é de R\$ 22,7 mil e do Brasil é R\$ 21,5 mil segundo IBGE/PARDES no ano de 2011. Em 2013 os repasses estaduais relativos ao FPM para o município somaram R\$ 25.497.041,01, já descontado 20% do FUNDEB, enquanto o FPM da União somou R\$ 23.824.182,89, também já descontado o FUNDEB. Com isso o FPM estadual está se tornando a principal fonte de recursos do município. A expectativa de retorno do ICMS ao município de Pato Branco no ano de 2014 é de aproximadamente R\$ 28 milhões, já descontado o FUNDEB.

O objetivo geral proposto nesta pesquisa foi alcançado quando, tornou-se possível constatar que 64,81% do valor adicionado do município é gerado pela indústria e comércio. O fato de Pato Branco ser um polo regional contribui para ter um comércio forte. No entanto, existem setores industriais que precisam ser incentivados para melhorar sua participação no valor adicionado, como por exemplo, a indústria de alimentos que é de apenas, 4,44%, enquanto no Estado, segundo o IPARDES/IBGE era de 19,6% em 2011. Aproveitar a produção agropecuária da região para atrair indústrias de transformação para o setor de alimentos é algo a ser estudado. Também, deve-se avaliar incentivos fiscais para ramos de atividade que pouco contribuíram, mas que tem grande potencial, como é o caso das indústrias do vestuário, madeira e móveis.

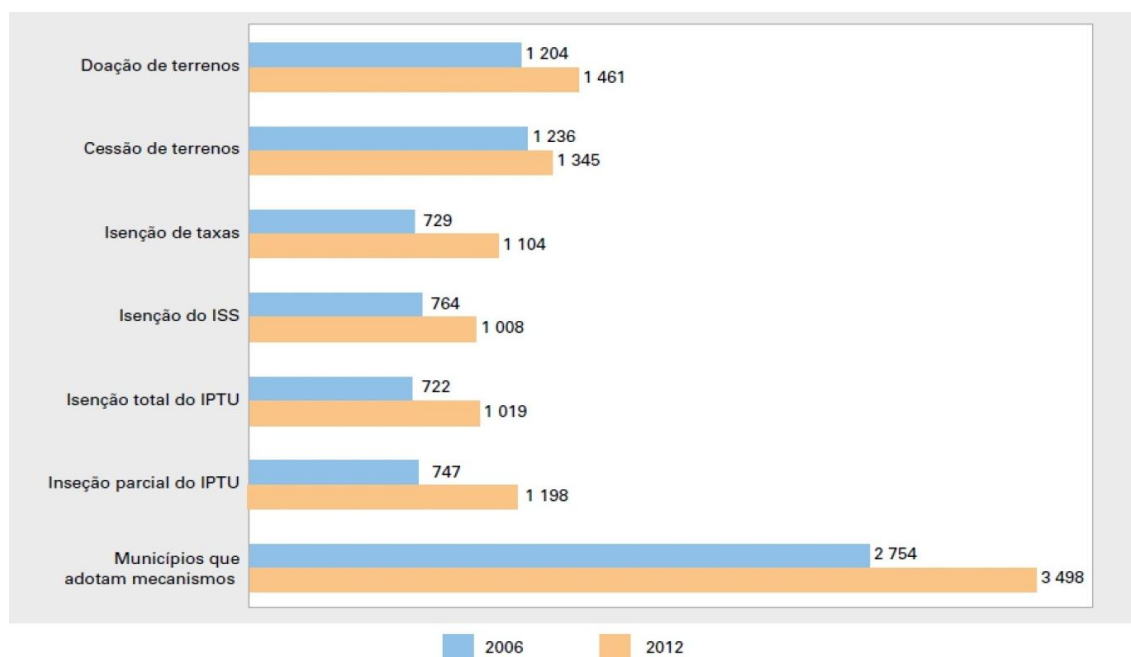
Embora Pato Branco, possua atacadistas de autopeças, por exemplo, não possui grandes empresas que exploram setor atacadista de alimentos. A criação de um centro atacadista de diferentes produtos alimentícios é algo a ser estudado e incentivado. O sudoeste do Paraná não tem unidades atacadistas da Ceasa, sendo o mais próximo localizado em Cascavel. Um esforço político poderia mudar tal situação, pois a Ceasa movimentou no Paraná cerca de R\$ 1,6 bilhões de reais no ano de 2012, segundo Boletim Técnico do ano de 2012.

Unir esforços para atrair ao município indústrias que utilizem-se da matéria prima “soja” para transformá-lo em óleo, margarina, leite, sucos, carne, farelo, etc. agregando valor e gerando alto valor adicionado.

Incentivar grandes grupos econômicos ou cooperativas a instalar laticínios, que Pato Branco não possui atualmente, embora possua um bom rebanho leiteiro. Direcionar estudos para descobrir quais são os produtos consumidos em Pato Branco e no sudoeste do Paraná e que não são produzidos aqui. Com isso, viabilizar a instalação de indústrias locais aproveitando as matérias primas produzidas na região.

Na agricultura, compra-se muita fruta de outras regiões, pois aqui não se produz. Isso pode mudar com incentivos agrícolas para produção e com locais para armazenamento, tais como câmeras frias compartilhadas. Deve-se incentivar o plantio de alimentos orgânicos, bem como, indústria de alimentos considerados *Light*, pois provavelmente continuará no cardápio das pessoas que procuram alimentos naturais sem contaminação química e que façam bem ao organismo.

Segundo dados do IBGE (2012) a maioria dos municípios brasileiros oferece incentivos fiscais para instalação de novas empresas. Abaixo um gráfico demonstrando os principais incentivos oferecidos.



**Gráfico 08: Número de municípios que possuem mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos, segundo os tipos de mecanismos utilizados – Brasil 2006/2012**

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2012.

Se a maioria dos municípios brasileiros concedem benefícios, para instalação de novas empresas, Pato Branco tem que conceder também, sob pena de não ser escolhido.

Os municípios paranaenses, como Pato Branco não tem um sistema de informação que modele, agrupe e tabule os dados das DFCs e DEFIS para permitir uma análise e interpretação detalhada da participação individual dos diversos ramos de atividades na composição do valor agregado anual. Tal sistema traria ao gestor público uma visão detalhada e objetiva de onde estaria sendo gerado o valor adicionado e onde poderia ser incentivado, levando em conta as características regionais, tal como: localização, clima, matéria prima local, mercado consumidor, mão de obra, etc.

Como resultado deste trabalho levantou-se requisitos funcionais básicos para a construção de um software que sistematize os dados das DFCs e DEFIS e forneça aos gestores públicos uma visão detalhada, com tabelas e gráficos, de como é formado o valor adicionado de seu município a seguir:

1. O software deverá carregar em um banco de dados relacional as informações das DFCs (Declarações Fisco Contábeis) e DEFIS (Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais), fornecidas pela SEFA/CRE.
2. O software deverá permitir a digitação/inclusão dos dados gerais do Estado relativos ao Valor Adicionado Fiscal, elaborado pelo IPARDES.
3. O software deverá agrupar os dados das DFCs e DEFIS por grupo econômico, com base na CNAE-F.
4. O software deverá gerar tabelas (tipo relatório) totalizando a participação de cada grupo econômico, separando as empresas normais e do Simples Nacional.
5. O software deverá gerar tabelas dentro de cada grupo econômico com base no ramo de atividade (sub-grupo), demonstrando a participação efetiva de cada um com totalização e gráficos.
6. O software deverá gerar relatórios gerenciais, com gráficos da participação dos grupos econômicos e ramos de atividade em destaque no município,

permitindo demonstrar as empresas que participam deste grupo e qual é participação percentual de cada uma.

7. O software deverá gerar relatório e gráficos comparando os grupos econômicos e ramos de atividades do município com os totais do Estado.
8. O software deverá gerar relatórios comparativos evolutivo de pelo menos cinco anos dos dados de cada grupo econômico e atividade econômica.
9. O software deverá gerar relatórios comparativos evolutivo de pelo menos cinco anos dos dados relativo ao valor agregado fiscal gerado por cada empresa.
10. O software deverá permitir a exportação de cada relatório ou gráfico para textos, planilhas, pdf, etc.
11. O software deverá possibilitar a construção de novos relatórios de interesse da administração municipal.

Na realização desta monografia ocorreram fatores limitadores para sua efetivação, tais como: insuficiência de livros específicos sobre o tema, insuficiência de um modelo direcionado a descrição do Valor Adicionado, carência de artigos publicados em sites de pesquisas científicas para descrever a atuação de gestores municipais e a aplicação do Valor Adicionado.

Assim, esta pesquisa não esgota o assunto, mas abre espaços para novas pesquisas interdisciplinares, vez que ainda há muitas lacunas no conhecimento associado ao tema, tais como: o fato de que os municípios têm acesso aos dados de formação do valor agregado apenas no ano seguinte a sua ocorrência, não podendo interferir diretamente nos resultados. É necessário criar mecanismos de acompanhamentos mensais do movimento econômico das empresas para que os municípios possam participar ativamente e interferir positivamente nos resultados. Tal acompanhamento pode ser implantado com parcerias entre o município, Estado e União, com utilização da EFD (Escrituração Fiscal Digital), ECD (Escrituração Contábil Digital), DEFIS (Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais), PGDAS (Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional).

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDAY, Hernan E. Contreras. **O Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica**. Rev. FAE, Curitiba, v.3, n.2, p.9-16, maio/ago. 2000. Disponível em: <[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v3\\_n2/o\\_planejamento\\_e\\_strategico.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v3_n2/o_planejamento_e_strategico.pdf)> Acesso em: 02 de jan. 2014.

ALENCAR, Francisco Antônio Medeiros. **A validade da demonstração do valor adicionado como instrumento de identificação dos efeitos socioeconômicos da política de atração de investimentos através da renúncia fiscal**. 2004. Disponível em: <<http://www.planejamentotributario.ufc.br/artigo%20-%20alencar.doc>>. Acesso em: 03 de jan. 2014.

ALMEIDA, Prof. Martinho I. R. de. **Modelo de Planejamento Estratégico para Departamentos e Unidades da USP**. Manual de Planejamento Estratégico da editora Atlas, 2001.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2014. **Porte de empresa**. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/porte.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html)>. Acesso em: 13 de maio de 2014.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 63, DE 11 DE JANEIRO DE 1990**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp63.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp63.htm)>. Acesso em: 01 de jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Setor Automobilístico no Brasil**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=327>>. Acesso em: 16 de Mar. 2014.

BORTOLOTTI, Monica Aparecida; HRYCYK, Adrieli. **Valor Adicionado: uma descrição do setor primário, secundário e terciário nos municípios da Associação dos Municípios Centro Sul Paraná (AMCESPAR), no Período De 2008 –2010**. Disponível em: <[http://www.fahor.com.br/publicacoes/jopec/2013/Valor\\_Adicionado\\_.pdf](http://www.fahor.com.br/publicacoes/jopec/2013/Valor_Adicionado_.pdf)> Acesso em: 12 de Mar. de 2014.

CNAE- **MANUAL DE ORIENTAÇÃO DA CODIFICAÇÃO NA SUBCLASSE** Publicação Eletrônica, 2011. Disponível em: <<http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/UserFiles/File/CNAE/Manual+CNAE+2-1+-+alterado+15-12-2011.pdf>>. Acesso em: 30 de dez. 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS-CNM. **Nova Administração Pública: Gestão Municipal e Tendências Contemporâneas**. 2012. COLETÂNEA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL GESTÃO 2009-2012. Disponível em: <[http://www.cnm.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc...](http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc...)> Acesso em: 02 de jan. 2014.

DEUS, Adélia Meireles de; CUNHA, Djanira do Espírito Santo Lopes; MACIEL, Emanoela Moreira. **estudo de caso na pesquisa qualitativa em educação: uma metodologia**. Disponível em: <[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT\\_01\\_14.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_14.pdf)> Acesso em: 03 de fev. 2014.

DONATO, Claudio. **O conceito do varejo e a importância da tomada de decisão!** 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/o-conceito-do-varejo-e-a-importancia-da-tomada-de-decisao/67341/>>. Acesso em: 31 de dez. 2013.

DRUCKER, P. F. **Introdução à Administração**. Ed. Pioneira Thomson. São Paulo: 2002.

FALCONE CAMPOS, Vicente. **TCQ – Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)**. Ed. Da UFMG, Belo Horizonte: 1992.

\_\_\_\_\_. **Gerenciamento da Rotina do Trabalho do dia-a-dia**. Ed. Da UFMG, Belo Horizonte: 1992 b.

FALEIROS, João Paulo Martin. **Comércio varejista: uma análise do comportamento do volume de vendas sob uma perspectiva não linear**. 2009. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3205.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3205.pdf)>. Acesso em: 16 de mar. 2014.

FILHO; Américo Garcia Parada; **CNAE-Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. 2013. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/publica.asp?Arquivo=cnae-concla00>>. Acesso em: 30 de dez. 2013.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Tipos de Indústrias**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/tipos-industrias.htm>>. Acesso em: 01 de jan. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.



HEMÉRITAS, Adhemar Batista. **Organização e normas**, São Paulo, Atlas, 1995.

LAVILLE, Chistian, DIONE, Jean, **A Construção do Saber**: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas, Porto Alegre, Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINGHETTI, Lenir Rodrigues. **Relatório de Estágio em Psicologia Organizacional**. 2008. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/2009/03/24/relatorio-de-est-gio-em-psicologia-organizacional/>> Acesso em: 18 nov. 2013.

MOTA, Alessandra; PESSOA; Leonardo. **Comparativo da tributação pelo ICMS entre os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e Paraná**. 1.Ed. - Rio de Janeiro: FECOMÉRCIO-RJ, 2010. Disponível em: < [http://www.fecomercio-rj.org.br/publicue/media/ICMS\\_final.pdf](http://www.fecomercio-rj.org.br/publicue/media/ICMS_final.pdf) >. Acesso em: 31 de dez. 2013.

MONTORO FILHO, André F. **Contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 1992.

**NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL CONJUNTA CRE/CAEC nº 001/2013**. Disponível em: <<http://www.sefanet.pr.gov.br/dados/SEFADOCUMENTOS/104201300001.pdf>>. Acesso em: 01 de jan. 2014.

PEREIRA, João Arami Martins. **Um Estudo sobre Valor Adicionado e suas dificuldades de Acompanhamento no Município – o Caso de Ijuí- RS**. 2012. <<http://www.ijui.rs.gov.br/download/baixar/65/304>>. Acesso em: 30 de dez. 2013.

PIQUET, Roselia. **Indústria e território no Brasil Contemporâneo**. 2012. Disponível em: < [http://www.suapesquisa.com/economia/tipos\\_industrias.htm](http://www.suapesquisa.com/economia/tipos_industrias.htm) >. Acesso em: 01 de jan. 2014.

PORTAL TRIBUTÁRIO EDITORA. **Empresas optantes pelo Simples – obrigações trabalhistas**. 2013. Disponível em: <[http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/simples\\_obrigacoes.htm](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/simples_obrigacoes.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2013.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Valor Adicionado Fiscal**. 2013. <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=vaf>>. Acesso em: 30 de dez. 2013.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIBAGI. Estado do Paraná. **Planejamento Estratégico Municipal: Direcionamento Estratégico 2010 – 2013**. Disponível em: < <http://www.tibagi.pr.gov.br/site/planejamento/planejamento.pdf>>. Acesso em: 02 de jan. 2014.

REZENDE, Denis Alcides e ULTRAMARI, Clovis. **Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual**. Rev. Adm. Pública [online]. 2007, vol.41, n.2, pp. 255-271. ISSN 0034-7612. Disponível em: <[http://www. http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n2/05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n2/05.pdf)>. Acesso em: 02 de jan. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo, Atlas, 1999.

RUEDELL, Carla Maria. **Uma breve caracterização do setor industrial de Pato Branco-PR**. Disponível em: < [http://www.unifae.br/publicacoes/fae\\_v9\\_n2/09\\_Carla\\_Ruedell.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/fae_v9_n2/09_Carla_Ruedell.pdf) >. Acesso em: 01 de jan. 2014.

SALDANHA, Gustavo Segabinazzi; PEIXOTO , Frederico Bider; ESTRADA, Rolando Juan Soliz. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**. 2013. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publica%E7%F5es/rolando/46.htm>> Acesso em: 02 de jan. 2014.

SANTIAGO, Emerson. **Comércio atacadista**. 2011a. Disponível em: < [ttp://www.infoescola.com/economia/comercio-atacadista/](http://www.infoescola.com/economia/comercio-atacadista/) >. Acesso em: 31 de dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Comércio Varejista**. 2011b. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/economia/comercio-varejista/> >. Acesso em: 31 de dez. 2013.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **ICMS- IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**. 2013. Disponível em: < [http://www.fazenda.sp.gov.br/oquee/oq\\_icms.shtm](http://www.fazenda.sp.gov.br/oquee/oq_icms.shtm) >. Acesso em: 30 de dez. 2013.

SILVA, Edna Lúcia da., MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: < [http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm\\_3439.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf) >. Acesso em: 03 de nov. 2013.

SISTEMA ESTADUAL DE LEGISLAÇÃO. SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO PARANÁ. **Lei 9491 - 21 de Dezembro de 1990**. Disponível em: < <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=>

4924&indice=1&anoSpan=1990&anoSelecionado=1990&isPaginado=true >. Acesso em: 01 de jan. 2014.

VERGARA, Sylvia Constant; Corrêa, Vera Lucia de Almeida. **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WARKEN, Luciano. **ESTUDO SOBRE O ÍNDICE DE RETORNO DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO CAÍ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**. 2010. <<http://www.ged.feevale.br/bibvirtual/monografia/MonografiaLucianoWarken.pdf>>. Acesso em: 01 de jan. 2014.